São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Quinta - feira, 15 de abril de 2021 | Edição N º 281

www.datamercantil.com.br

Bolsa fecha acima dos 120 mil pontos pela primeira vez desde fevereiro

A Bolsa de Valores brasileira encerrou acima dos 120 mil pontos pela primeira vez desde fevereiro. O Ibovespa, principal índice acionário do país encerrou com alta de 0,84%, aos 120.294 pontos, impulsionado principalmente pelas ações das blue chips (empresas listadas mais robustas e com maior peso na Bolsa de Valores).

Os papeis da Vale, por exemplo, subiram 3,30% nesta quarta-feira (14), com o setor de mineração e siderurgia sendo beneficiado pelas perspectivas de reabertura no pós-Covid.

As ações da Petrobras, por sua vez, tiveram ganhos de 1,79% (preferenciais) e 1,89% (ordinárias), impulsionadas pelo preço do petróleo no exterior. Além disso, a petroleira também divulgou que uma decisão liminar sobre a migração da gestão operacional do plano de saúde da companhia, que poderia impedir deliberação sobre dividendos em assembleia, foi reconsiderada.

No setor financeiro do Ibovespa, os papeis do Bradesco subiram 1,02% (ordinárias) e 1,41% (preferenciais), enquanto Itaú registrou alta de 1,35% e Santander teve ganhos de 2,24%. As ações do Banco do Brasil avançaram apenas 0,10%, depois da renúncia de dois vice-presidentes.

A alta da Bolsa brasileira veio mesmo diante das contínuas incertezas acerca do cenário político e fiscal do país.

Segundo a economista da Toro Investimentos, Thayná Vieira, os investidores seguem colocando no radar os impasses em torno do Orçamento, os desdobramentos em torno da CPI da Covid-19 e o início do julgamento em torno da decisão do ministro Edson Fachin sobre a anulação das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Folhapress

Economia

BC ainda estuda se moeda digital brasileira será remunerada ou rastreável

Página - 03

Abertura de empresas bate recorde em 2020, diz Serasa

Página - 03

Por que o Pão de Açúcar dispara 14% em dois dias com notícia sobre Cnova?

Página - 05

Coinbase estreia na Nasdaq e já vale mais do que Itaú e Bradesco juntos

Página - 05

Política

Bolsonaro atua por nomes de fora da base aliada para barrar Renan e Randolfe no comando da CPI

Página - 04

Senado debate adiamento do reajuste de preços de medicamentos

Página - 04

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:02:58

No Mundo

Em reunião privada, embaixador dos EUA dá ultimato a Bolsonaro em metas ambientais

O governo dos EUA considera a Cúpula de Líderes sobre o Clima, marcada por Joe Biden para a próxima semana, como a última chance de o Brasil mostrar preocupação ambiental para recuperar a confiança dos americanos e ampliar as relações com a Casa Branca.

O recado contundente foi dado pelo embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, durante reunião virtual privada no domingo (11) com políticos, economistas, diplomatas e empresários brasileiros.

Participantes do encontro, promovido pelo Grupo Parlatório, relataram à reportagem que Chapman foi firme ao dizer que o meio ambiente vai nortear as relações entre Brasil e EUA, e que acordos comerciais entre os dois países e a entrada do Brasil na OCDE, por exemplo, dependem da latitude do plano que o governo Jair Bolsonaro vai apresentar na cúpula organizada por Biden, entre os dias 22 e 23 de abril.

"As relações entre nossos países dependerão muito dessa postura ambiental do Brasil", disse Chapman.

De acordo com dados divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o desmatamento na Amazônia voltou a bater recordes em março e foi o maior dos últimos seis anos. A destruição da floresta no mês passado teve crescimento de 12,6% em relação ao mesmo período de 2020, ano em que o desmatamento atingiu os níveis mais elevados em 12 anos, mesmo em meio à pandemia da Covid-19.

O embaixador americano classificou a cúpula do clima como "uma oportunidade" para o Brasil virar o jogo e resgatar a preocupação ambiental diante dos olhos do mundo, e disse que o país vai "se tornar herói" se fizer uma "declaração contundente" e retomar seu papel de protagonista no debate sobre meio ambiente.

Marina Dias/Folhapress

Ever Given: Egito exige US$ 1 bilhão para liberar navio que bloqueou canal de Suez

O sucesso da manobra que acabou destravando o cargueiro Ever Given do Canal de Suez no final de março foi festejado por todo o mundo. A história do bloqueio de uma das rotas mais importantes para o comércio internacional havia chegado ao fim.

Mas, na realidade, o problema está longe de ser resolvido.

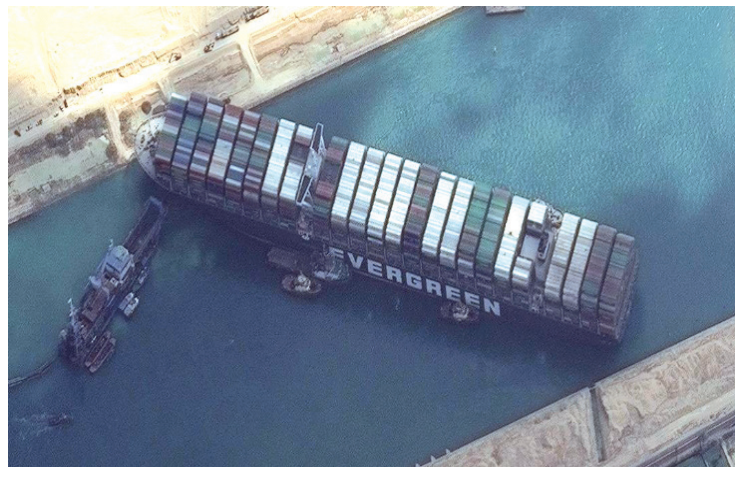
A razão? O Egito decidiu que não vai liberar o navio até que uma multa US$ 1 bilhão (R$ 5,7 bilhões) seja paga como compensação pelos danos gerados durante a semana de bloqueio. O cargueiro de quase 400 metros está atualmente ancorado no chamado Grande Lago Amargo, um lago salgado situado entre o sul e o norte do Canal de Suez.

"O navio permanecerá aqui até que uma investigação seja concluída e a indenização seja paga", disse Osama Rabie, presidente da Autoridade do Canal de Suez (ACS), à televisão estatal egípcia.

"Esperamos um acordo rápido", acrescentou. "No momento em que concordarem com a compensação, o navio poderá se mover."

Em relação ao valor da indenização, Rabie disse no início de abril que "serão calculados os danos e perdas e quanto as máquinas de dragagem consumiram".

"A estimativa vai chegar a US $1 bilhão ou talvez um pouco mais. É um direito que o Egito tem", disse. BBC



Keiko Fujimori garante lugar no 2º turno no Peru em disputa apertada

Keiko Fujimori, 45, filha do ex-líder autocrata do Peru Alberto Fujimori, disputará o segundo turno da eleição presidencial no país, marcada para o dia 6 de junho, contra o sindicalista Pedro Castillo.

Com 98,4% das urnas apuradas, a ex-congressista aparece nesta quarta (14) com 13,3%, pouco à frente de Rafael López Aliaga (11,6%), que chamou a atenção devido ao vínculo com a Igreja Católica -ele é da Opus Dei- e à pauta conservadora nos costumes. Assim, passou a ser chamado de "Bolsonaro peruano".

Keiko, que concorre à Presidência pela terceira vez, lidera o Força Popular, partido fujimorista que ajudou a derrubar o hoje ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski, movimento que deu início à crise política no país: o presidente do país, o interino Francisco Sagasti, é o quarto do atual mandato.

PPK, como Kuczynski é conhecido, renunciou em 2016. Seu sucessor, Martín Vizcarra, foi afastado em novembro de 2020 após enfrentar dois processos de impeachment, também sob a acusação de recebimento de propina, o que o enquadraria na categoria de "incapacidade moral", impedindo a continuidade no cargo. Na sequência, assumiu, por apenas seis dias, o congressista Manuel Merino de Lama, que renunciou depois dos episódios de violência que vieram na esteira da crise institucional.

A adversária de Castillo é bacharel em administração de empresas pela Universidade de Boston e é casada com um americano, com quem tem duas filhas. Em 2018, Keiko foi presa, acusada de lavagem de dinheiro e de recebimento de caixa dois da empreiteira brasileira Odebrecht. No ano seguinte, obteve um habeas corpus, mas o processo ainda não foi concluído.

Sylvia Colombo/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:03:24

Economia

Com lojas fechadas, empresários vão à Justiça contra reajuste no aluguel

Com o agravamento da pandemia e a aceleração da inflação, lojistas e administradoras de shoppings e aeroportos estão enfrentando um impasse nas negociações para reajuste de aluguel.

Muitos espaços que abriram mão da cobrança integral do pagamento no ano passado, por causa do impacto da crise provocada pela Covid-19 nos negócios de seus locatários, agora buscam não só o valor completo, como corrigido pela inflação do período.

Muitos lojistas têm procurado a Justiça para barrar esse aumento devido ao cenário de receitas em queda frente às medidas restritivas de circulação determinadas por estados e prefeituras para conter o avanço do vírus.

O problema é agravado pelo índice geralmente utilizado nos contratos de locação, o IGP-M, calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), que subiu 31,1% no acumulado dos 12 meses encerrados em março.

Os shoppings defendem o reajuste acordado em contrato e afirmam que as administradoras tentam renegociar termos de acordo com o relacionamento que têm com cada lojista.

O empresário Jonas Bechelli, presidente da Doctor Feet, conta que tenta negociar o reajuste com vários shoppings, mas que a maioria quer cobrar o aluguel inteiro mesmo que sejam proibidos de abrir para público.

Bechelli afirma que apesar de terem chegado a 70% do que faturavam antes da pandemia, as lojas agora estão apenas com metade das receitas, valor insuficiente para pagar as contas.

"Esperávamos decisões mais favoráveis [nas negociações de aluguel], mas não vieram, e agora precisaremos ir para a Justiça. Não temos opção porque, se não formos, nós fechamos o nosso negócio", afirmou.

Bechelli não é o único. Segundo Ângelo Campos, diretor da MOB, a companhia –que deve fechar março com 20% do faturamento visto em igual mês de 2019– já entrou com ações contra alguns shoppings. Conseguiu algumas vitórias, diz, e teve outras derrotas.

Izabela Bolzani/Folhapress

Abertura de empresas bate recorde em 2020, diz Serasa

Em 2020, foram abertas 3,3 milhões de novas empresas, segundo levantamento da Serasa Experian. O número representa um crescimento de 8,7% em comparação com 2019, sendo o maior desde 2011, início da série histórica da Serasa.

A maior parte das novas empresas (79%) são microempreendedores individuais, totalizando a abertura de 2,7 milhões de MEIs. "O alto número de MEIs é um dos fatores que comprova o empreendedorismo por necessidade, já que durante quase um ano de pandemia muitas pessoas que perderam seus empregos optaram por abrir um CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] e trabalhar com aquilo que já sabiam fazer ou em segmentos com baixo custo de aprendizagem", explica o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

O ramo da alimentação representou 9,7% do total empresas a abertas, sendo o segmento com maior número de novas empresas. Em seguida vem o setor de confecções, com 6,2% do total, e o de reparos e manutenção, com 6,1%.

Segundo Rabi, esses dados mostram uma adaptação dos empreendedores à realidade da pandemia do novo coronavírus. O setor da alimentação oferece produtos essenciais e possibilitam a abertura de negócios de baixo custo. "Agora, quando falamos em confecção, o segundo ramo no ranking de abertura de novas empresas em 2020, fica claro que a produção das máscaras de proteção contra a covid-19 impactou o índice", acrescenta o economista.

Daniel Mello/ABR

BC ainda estuda se moeda digital brasileira será remunerada ou rastreável

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que a autoridade ainda acerta "pequenos detalhes" de como será a moeda digital brasileira, tais como se será remunerada, rastreável ou se o BC será o único emissor.

O titular do BC afirmou que tem conversado com autoridades monetárias de outros países e que deve haver coordenação entre os bancos centrais.

"Há ainda pequenos detalhes a serem discutidos, como se a moeda será remunerada ou não, se será rastreada e se o BC seria o único emissor", adiantou em evento virtual promovido pela Embaixada da Índia nesta quarta-feira (14).

No evento, Campos Neto afirmou que o open banking, ou sistema financeiro aberto, possibilitará aos clientes receber ofertas de produtos e serviços mais adequados ao seu perfil e mais baratos. Além disso, a ferramenta abrirá caminho para novos modelos de negócio dentro do sistema financeiro.

O novo sistema, que começou a ser implementado no início deste ano no Brasil, permite que o consumidor compartilhe seus dados e escolha produtos financeiros mais vantajosos em uma única plataforma.

O presidente do BC afirmou que o Pix, serviço de pagamentos instantâneos, tem múltiplas utilidades.

"O projeto pode ter outras dimensões. Temos desenvolvido novas funcionalidades no Pix que vêm da interação com a sociedade, de entender as demandas. Podemos expandir a plataforma para ter maior ganho de eficiência", disse.

Segundo ele, foi uma surpresa a rápida adesão das pessoas ao sistema de pagamentos instantâneos.

Ele disse ainda que a digitalização pode tornar serviços públicos mais eficientes e menos burocráticos.

Larissa Garcia/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:03:56

Política

Bolsonaro atua por nomes de fora da base aliada para barrar Renan e Randolfe no comando da CPI

Com pouca chance de emplacar uma maioria governista na CPI da Covid do Senado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem defendido que os postos de presidente e relator da comissão parlamentar sejam ocupados por senadores que não sejam alinhados nem ao governo nem à oposição.

A estratégia ao pregar uma alternativa que represente um meio-termo é evitar que senadores como Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL), críticos recorrentes do presidente, ocupem cargos de destaque e aumentem ainda mais o desgaste que a investigação pode provocar.

A CPI foi criada nesta terça-feira (13), cinco dias depois da determinação do ministro do STF Luís Roberto Barroso que irritou Jair Bolsonaro e provocou novo desgaste na relação entre os Poderes.

Na tarde desta quarta-feira (14), o plenário do Supremo Tribunal Federal julgará a decisão de Barroso e poderá flexibilizar em alguns pontos a ordem para o Senado instalar a comissão -que irá investigar ações e omissões da gestão Bolsonaro na pandemia e a aplicação de verbas federais repassadas ao estados.

Nesta terça-feira (13), horas depois da sessão que criou a comissão de inquérito, assessores do presidente já defendiam que a investigação deve seguir uma linha neutra e que não seja contaminada pelo que chamam de paixões políticas.

O receio principal do Palácio do Planalto é que a investigação sobre a condução do combate ao coronavírus pelo Poder Executivo afete a popularidade do presidente a um ano da campanha à reeleição e leve o governo a responder por eventuais acusações criminais.

A avaliação na equipe presidencial é que, por contar com a maior bancada federal no Senado, é natural que o MDB ocupe um dos postos.

Gustavo Uribe/Folhapress

Por 2022, Doria muda de 'BolsoDoria' e segurança para anti-Bolsonaro e saúde

Enquanto a segurança pública foi uma área de destaque nas promessas do governador João Doria (PSDB) em sua campanha de 2018, quatro anos mais tarde, em 2022, a plataforma política do tucano terá a vacina, a saúde e a retomada da economia como protagonistas.

Na eleição passada, o discurso de valorização da polícia serviu ao propósito de se associar à base eleitoral de Jair Bolsonaro –foi mais uma estratégia da costura Bolso-Doria.

Agora, quando o governador se vende como o principal opositor do presidente, a pauta da pandemia é a mais adequada para a tática do candidato anti-Bolsonaro.

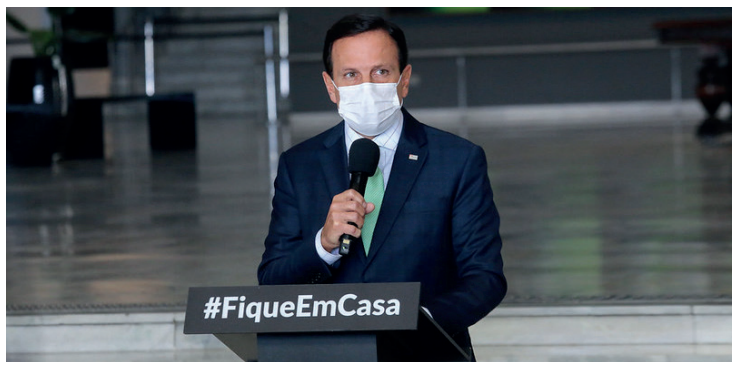
A mudança, claro, foi imposta pela tragédia provocada pelo coronavírus no Brasil, mas Doria não poderia repetir o enredo da segurança pública nem se quisesse. As pontes com o setor, segundo policiais ouvidos pela reportagem, foram implodidas.

A principal razão apontada é o aumento salarial de 5% para a categoria, quando a promessa era a de que São Paulo teria a segunda polícia mais bem paga do país até 2022.

Membros do governo já admitem que a meta não deve ser alcançada e atribuem à pandemia esse revés. Mas a gestão Doria lista uma série de iniciativas na segurança pública, como pagamento de bônus por produtividade, inauguração de Baeps (Batalhão de Ações Especiais de Polícia) e compra de pistolas, drones e viaturas blindadas.

O Orçamento de 2021, no entanto, mostra que Doria cortou cerca de 40% da verba prevista para novos Baeps, Deics, delegacias da mulher 24 horas, bases comunitárias móveis e aparelhamento das polícias.

Carolina Linhares/Folhapress



Senado debate adiamento do reajuste de preços de medicamentos

O adiamento do reajuste dos medicamentos durante a pandemia da covid-19 foi debatido nesta quarta-feira (14) no Senado. O governo autorizou o reajuste a partir do dia 1º, segundo anunciado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), que define o teto dos aumentos.

A resolução aprovada pelo Conselho de Ministros da Câmara estabelece três percentuais máximos, de acordo com a classe terapêutica dos medicamentos e perfil de concorrência da substância: 10,08% (nível 1); 8,44% (nível 2); 6,79% (nível 3).

"Os reajustes, no meu entendimento, e no entendimento da maioria dos brasileiros, não se justificam diante da continuidade da emergência na saúde pública gerada pela pandemia e da brutal perda de renda, perda de empregos, fechamento de empresas, redução de salários, tudo isso que é exaustivamente conhecido de todos", defendeu o senador Lasier Martins (Podemos - RS), autor do Projeto de Lei n° 939, de 2021, que veda o reajuste anual de medicamentos durante Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

O parlamentar lembrou que, no ano passado, a Medida Provisória 933, editada justamente para barrar o aumento, acabou perdendo eficácia por não ter sido votada.

O presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, Nelson Mussolini, reagiu às declarações dos senadores de que a indústria farmacêutica é uma das mais lucrativas do país. Ele disse que a aprovação de uma proposta para congelar os preços dos medicamentos teria como consequência o desabastecimento. "Se vamos ter que fazer um congelamento de preços, deveríamos olhar também para esses bens da cesta básica. Por que não congela tudo? E a resposta é simples, não se congela tudo porque isso já foi tentado no nosso país, e já vimos que, mesmo por curtos períodos, o congelamento não funciona", argumentou.

Karine Melo/ABR

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:04:16

Investimentos

Por que o Pão de Açúcar dispara 14% em dois dias com notícia sobre Cnova?

As ações do Pão de Açúcar (PCAR3) engatam nova alta nesta terça-feira, 13, após a companhia ter informado que o seu controlador, o Casino, avalia opções para a sua subsidiária Cnova, segundo maior e-commerce da França, do qual o GPA detém 34,17% do capital social.

Com a notícia, os papéis PCAR3 subiam 4,35% nesta sessão, segundo cotação das 15h28 horário de Brasília, depois de terem atingido na máxima do dia valorização de 7,97%. Nos últimos dois pregões, acumulam ganhos de 14%.

Caso o Casino decida por uma oferta secundária, o GPA tem o direito de vender as ações que possui na Cnova também, com prioridade sobre o Casino. Atualmente, a participação do GPA na Cnova é avaliada em cerca de 6,1 bilhões de reais e o grupo brasileiro já disse que não considera esse investimento estratégico.

Com o Pão de Açúcar avaliado no mercado aos preços de hoje em aproximadamente 9,9 bilhões de reais, a fatia que a companhia detém na Cnova representa cerca de 62% do seu valor de mercado.

Portanto, "tal movimento é bastante aguardado pelos acionistas de PCAR3, uma vez que seria uma possibilidade – através de uma oferta secundária – da companhia destravar valor com uma potencial venda parcial ou total do ativo", comentaram os analistas da Ativa Investimentos.

No entanto, vale a ressalva que o comunicado divulgado pelo GPA ao mercado ontem não menciona se a companhia participaria da potencial oferta secundária, caso ocorra. Ainda assim, "embora não tenhamos nenhuma opinião sobre a probabilidade disso ocorrer, vemos a notícia como potencialmente positiva para o GPA, pois pode fornecer eventualmente oportunidade de desinvestimento em um ativo não líquido", apontaram os analistas do Goldman Sachs, que possuem recomendação neutra para as ações.

Exame

Para ganhar mais musculatura, Smart Fit negocia fusão no México

Há cerca de dez anos, o México foi o palco dos primeiros movimentos da Smart Fit em outras fronteiras. Agora, o país está novamente no centro da estratégia de internacionalização da rede brasileira de academias.

A Smart Fit anunciou na manhã desta terça-feira que celebrou um memorando de entendimento não-vinculante com o grupo Sports World, que opera no México, para uma potencial combinação de negócios com a Latamgym, subsidiária da rede brasileira no país.

Segundo fato relevante divulgado pela companhia, caso seja concretizado, o acordo resultaria em um ativo com mais de 230 academias em solo mexicano E geraria sinergias "significativas", com potencial aumento de rentabilidade, além de uma oferta mais ampla de serviços aos clientes.

A rede acrescentou que a transação está sujeita à assinatura de um acordo vinculante entre as partes e outras condições e autorizações usuais para esse tipo de operação, "tanto corporativas quanto governamentais".

Com uma base de mais de 900 academias, a Smart Fit tem presença em 13 países. Esse mapa de operações inclui mercados como Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Panamá, República Dominicana e Costa Rica.

Listado na Bolsa de Valores do México, o grupo Sports World está avaliado em 533,4 milhões de pesos mexicanos (R$ 149,3 milhões) e conta com uma rede 58 academias. Em 2020, diante dos impactos da Covid-19, a empresa reportou uma queda de 57,1% em sua receita líquida, para 221,1 milhões de pesos mexicanos (R$ 55,1 milhões).Neofeed

Coinbase estreia na Nasdaq e já vale mais do que Itaú e Bradesco juntos

É notório que as criptomoedas e, em particular, o bitcoin, avançaram muitas casas no caminho para vencer a desconfiança que sempre cercou esses ativos. O aceno positivo de alguns nomes relevantes no mercado e até mesmo de um grande banco, como o Morgan Stanley, contribuíram para esse cenário.

Mesmo sob esses ventos mais favoráveis, ainda faltava uma chancela de maior fôlego para mostrar que o segmento amadureceu e tem capacidade para se tornar, de fato, um negócio de gente grande. E o primeiro passo dentro para que isso definitivamente aconteça foi dado.

Considerada a grande vedete desse tão esperado marco, a Coinbase concretizou hoje a sua não menos aguardada listagem direta na Nasdaq, na prática, o primeiro IPO do setor. E, sob o ticker COIN, a plataforma não decepcionou, ao alcançar uma avaliação próxima de US$ 100 bilhões.

Os papéis abriram a negociação cotados a US$ 381. Na sequência, as ações alcançaram um pico de US$ 421, recuando, posteriormente, para US$ 365. Mesmo com a queda, o patamar ficou acima do preço de referência de US$ 250, definido no processo, o que inicialmente avaliava a empresa em US$ 65 bilhões.

Na listagem direta, as ações são negociadas diretamente em bolsa e o preço inicial é definido por um leilão com base na oferta e demanda. No modelo, não há emissão de novas ações e captação de recursos para o caixa da empresa envolvida.

Os custos para as companhias que escolhem esse modelo são sensivelmente menores e não existe também o mecanismo de lock-up, que proíbe investidores de venderem suas ações por um período de 90 dias ou mais.

Fundada em 2012, por Brian Armstrong e Fred Ehrsam, a companhia havia captado US$ 847 milhões em 14 rodadas, ainda como empresa privada, junto a investidores como Andreessen Horowitz e Greylock Partners. Na última delas, em dezembro de 2018, o negócio havia sido avaliada em US$ 8 bilhões.

Neofeed

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:04:40

Publicidade Legal

Fair Corretora de Câmbio S/A - CNPJ nº 32.648.370/0001-26

Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 e 2º semestre findo em 31/12/2020 *(Valores expressos em Milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais - Ativo	Nota	2.020	2.019
Circulante		**47.923**	**26.794**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4**	**19.616**	**6.191**
Títulos e Valores Mobiliários			
Instrumentos Financeiros Derivativos			
Carteira Própria	**5.2**	**10.081**	**9.050**
Outros Créditos		**18.207**	**11.515**
Cambio		14.268	6.074
Rendas a receber	**6**	3.242	2.983
Negociação e Intermediação		1	15
Diversos	**7.1**	1.238	2.860
Provisão Outros Créditos Liquidação Duvidosa		(542)	(417)
Outros Valores		**19**	**38**
Despesa Antecipadas		19	38
Não Circulante			
Outros Créditos		**21.710**	**19.995**
Impostos a Recuperar		–	628
Diversos	**7.2**	21.710	19.367
Permanente		**438**	**410**
Investimentos		**81**	**81**
Outros Investimentos	**8**	81	81
Imobilizado de uso		**334**	**302**
Outras Imobilizações de Uso	**9**	1.846	1.722
(-) Depreciação acumulada		(1.512)	(1.420)
Intangível		**23**	**27**
Software e outros intangíveis	**10**	37	38
(-) amortização acumulada		(14)	(11)
Total do ativo		**70.071**	**47.199**

Balanços Patrimoniais - Passivo	Nota	2.020	2.019
Circulante		**34.285**	**11.069**
Relações Interdependências		**15.434**	**3.529**
Ordens de Pagamentos	11	15.434	3.529
Outras Obrigações		**18.851**	**7.540**
Cambio		14.178	5.161
Fiscais e Previdenciárias		3.656	1.369
Diversas	12.1	1.017	1.010
Não Circulante			
Outras Obrigações		**22.259**	**22.542**
Fiscais e Previdenciárias		4.976	20.703
Diversos	12.2	17.283	1.839
Patrimônio líquido		**13.527**	**13.588**
Capital Social			
De domiciliados no país		8.617	8.617
Reserva de Lucros	14	270	242
Lucros a Disposição dos Quotistas		4.640	4.729
Total do passivo e patrimônio liquido		**70.071**	**47.199**

Demonstração de Resultados

Descrição	Nota	2º Semestre 2.020	Exercícios 2.020	Exercícios 2.019
Receitas da intermediação financeira		**13.069**	**24.719**	**29.763**
Resultado de Operações de Câmbio		12.984	24.587	29.135
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		85	132	628
Resultado bruto de intermediação financeira		**13.069**	**24.719**	**29.763**
Outras receitas/despesas operacionais		**(11.188)**	**(23.103)**	**(30.865)**
Receitas de prestação de serviços		20.425	37.011	33.871
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa		(107)	(124)	(141)
Despesas de pessoal		(6.468)	(12.610)	(12.505)
Outras despesas administrativas	15	(22.061)	(42.771)	(45.275)
Despesas tributárias		(3.016)	(5.291)	(5.992)
Outras receitas/despesas operacionais		39	682	(823)
Resultado operacional		**1.881**	**1.616**	**(1.102)**
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações		**1.881**	**1.616**	**(1.102)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.312)	(1.677)	(776)
Lucro líquido do período		**569**	**(61)**	**(1.878)**
Quantidade de ações	**14**	8.617	8.617	8.617
Lucro líquido por ações do capital social		**0,0660**	**(0,0071)**	**(0,2179)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Descrição	2º Semestre 2.020	Exercícios 2.020	Exercícios 2.019
Lucro/Prejuízo Liquido do Período	569	(61)	(1.878)
Resultado do Semestre/Exercício	**569**	**(61)**	**(1.878)**
Resultado Abrangente Total	**569**	**(61)**	**(1.878)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido

	Capital Social	Reservas Legal	Ajuste a Valor de Mercado	Lucros a Disposição dos Acionistas	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos 01/01/2019	**8.617**	**242**	**61**	**6.546**	**–**	**15.466**
Prejuízo do Período	–	–	–	–	(1.878)	(1.878)
Transferências:						
Absorção do prejuízo	–	–	–	(1.878)	1.878	–
Transferência de ajustes	–	–	(61)	61	–	–
Saldos 31/12/2019	**8.617**	**242**	**–**	**4.729**	**–**	**13.588**
Mutações do Período	–	–	(61)	(1.817)	–	(1.878)
Saldos 01/01/2020	**8.617**	**242**	**–**	**4.729**	**–**	**13.588**
Resultado do Período	–	–	–	–	(61)	(61)
Transferências:						
Reserva Legal	–	28	–	–	(28)	–
Absorção do prejuízo	–	–	–	(89)	89	–
Saldos 31/12/2020	**8.617**	**270**	**–**	**4.640**	**–**	**13.527**
Mutações do Período	–	28	–	(89)	–	(61)
Saldos 01/07/2020	**8.617**	**242**	**–**	**4.099**	**–**	**12.958**
Lucro do Semestre	–	–	–	–	569	569
Transferências:						
Reserva Legal	–	28	–	–	(28)	–
Lucros a Disposição dos Acionistas	–	–	–	541	(541)	–
Saldos 31/12/2020	**8.617**	**270**	**–**	**4.640**	**–**	**13.527**
Mutações do Período	–	28	–	541	–	569

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Descrição	2º Semestre	Exercícios	
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	**2.020**	**2.020**	**2.019**
Resultado do semestre/exercício	569	(61)	(1.878)
Depreciação e amortização	47	96	94
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/Redução em Tít. e Val. Mobiliários	255	(1.031)	5.699
(Aumento)/Redução em outros créditos	7.782	(8.388)	(4.519)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(6.774)	22.933	(5.330)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	1.879	13.549	(5.934)
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos			
Compras de Imobilizado	–	(124)	(53)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	–	(124)	(53)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento			
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	–	–	–
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	1.879	13.425	(5.987)
Aumento (Redução) nas disponibilidades:	1.879	13.425	(5.987)
No inicio do semestre/período	17.737	6.191	12.178
No final do semestre/período	19.616	19.616	6.191

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: **Ativos Contingentes,** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões,** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Passivos Contingentes**, de acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo Circulante e Não Circulante:** Demonstrado por valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. **j) Provisão para Imposto de Renda / Contribuição Social:** O imposto de Renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro liquido foram calculados com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição

	2020	2019
Caixa	523	694
Depósitos Bancários	4.965	1.697
Depósitos Bancários em Moedas Estrangeiras	14.128	3.800
Total	**19.616**	**6.191**

5) Composição dos Títulos em Carteira Própria: Estão contabilizados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, de acordo com a Circular nº. 3.068/01, e estão classificados nas seguintes categorias: Títulos para Negociação - Considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados a valor de mercado, com as perdas e ganhos reconhecidos diretamente no resultado do período; Títulos Disponíveis para Venda - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no Patrimônio Líquido - Ajuste a Valor de Mercado, líquido dos correspondentes efeitos tributários. Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

5.1) Títulos e Valores Mobiliários Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	2020	2019
Certificado Depósito Bancário	6.401	4.320
Fundos de Investimentos	3.680	4.730
Total	**10.081**	**9.050**

O valor de mercado dos CDBs foi apurado, utilizando-se os preços e taxas divulgados pela CETIP. Os valores das cotas de fundos de investimento, correspondem aos valores de cotas na data do balanço, divulgada pela instituição financeira administradora do fundo.

Classificação por Categoria e Prazos

Títulos	Sem Vencimento	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	181 a 360 Dias	Acima de 360 Dias	2020 Valor Mercado Contábil	2019 Valor Mercado Contábil
Livres	**3.680**	**300**	**1.778**	**770**	**1.693**	**8.221**	**7.244**
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	–	300	1.778	770	1.693	4.541	2.514
Cotas Fundos de Investimentos	3.680	–	–	–	–	3.680	4.730
Garantias	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.860**	**1.860**	**1.806**
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	–	–	–	–	1.860	1.860	1.806

6) Rendas a Receber: Descrição

	2020	2019
Corretagem de câmbio a receber	2.662	2.331
Serviços Prestados a receber	580	652
Total	**3.242**	**2.983**

7) Outros Créditos Diversos: 7.1 Circulante:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos Salariais	48	84
Adiantamentos a Autônomos	3	458
Adiantamento a fornecedor	325	–
Impostos a Compensar	43	–
Devedores Diversos	819	2.318
Total	**1.238**	**2.860**

7.2 Não Circulante: Descrição

	2020	2019
Cofins - Interposição de Recursos	16.743	14.386
Recursos trabalhistas	143	142
Depósito Judicial - Pmsp	209	209
Deposito Judicial Cofins	690	690
Depósito Judicial - CVM Pool Net	1.027	1.027
Depósito Judicial	–	15
Outros pagamentos a ressarcir	2.898	2.898
Total	**21.710**	**19.367**

8) Investimentos: Descrição

	2020	2019
BBM - Bolsa Brasileira de Mercadorias	81	81
Total	**81**	**81**

9) Imobilizado

Composição:	Taxa	Custo de Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líq. 2020	Valor Líq. 2019
Instalações	10%	250	218	32	37
Móveis e equipamentos	10%	758	541	217	208
Sistema de Comunicação e Segurança	10%	101	100	1	1
Sistema de Processamentos de dados	20%	646	614	32	56
Sistemas de Transportes	20%	28	28	–	–
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	63	11	52	0
Total		**1.846**	**1.512**	**334**	**302**

10) Intangível

Composição:	Taxa	Custo de Aquisição	Amort. Acum.	Valor Líq. 2020	Valor Líq. 2019
Software	25%	25	14	11	15
Marcas e Patentes		12	0	12	12
Total		**37**	**14**	**23**	**27**

11) Relações Interdependências: Registra-se nesta conta o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, a serem cumpridas no país por seu contra valor em moeda nacional, bem como o valor das ordens de pagamento originárias do país e ainda não cumpridas no exterior. R$ 15.434 (em 31/12/2019 R$ 3.529)

12) Outras Obrigações: 12.1 Circulante:

Descrição	2020	2019
Obrigações por aquisições de bens	–	13
Provisão com Despesas de Pessoal	1013	929
Provisão de Despesas administrativas	4	68
Total	**1.017**	**1.010**

12.2 Outras Obrigações - Não Circulante:

Descrição	2020	2019
Provisão para passivos contingentes (*)	17.283	1.136
Valores a pagar de ações preferenciais	–	703
Total	**17.283**	**1.839**

(*) conforme mencionado na nota 13 as contingências referentes ao saldo de Cofins judicial a recolher foi reclassificado, no segundo semestre de 2020, da conta contábil de Impostos e contribuições a recolher para Provisão Para Passivos Contingentes, para melhor classificação contábil. **13) Provisão para riscos tributários:** A Corretora mantém acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo esta suportado por avaliação de sua Assessoria Jurídica, que considera o risco de perda envolvida e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Salientamos o caso classificado como risco possível referente ao processo relativo ao COFINS/CSLL no valor de R$ 1.136 mil, que a Corretora por Prudência, provisiona em seu Passivo Circulante, considerando os depósitos judiciais até a resolução das questões legais correspondentes, para serem utilizados em pagamento do débito ou levantamento do saldo, quando do desfecho do processo. A Corretora figura como parte em processos que versam sobre matéria fiscal, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo ações de risco possível no valor de R$ 39.230 mil (R$ 37.803 em 31/12/2019). As contingências fiscais referem-se, principalmente, às discussões judiciais relativas ao COFINS e responsabilidade solidária referente o recolhimento de IOF e IRRF sobre intermediação de cambio. **Processos de natureza cível:** Em 31 de dezembro de 2020 a Corretora figurava como parte de 04 (quatro) processos judiciais, que versam sobre matéria cível, sendo: 01 (hum) instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem valor de causa atualizada para 2020, porém sem a previsão de honorários de êxito, e outros 03 (três) contra Instituições Financeiras com o valor de R$. 64 (R$ 64 em 31/12/2019), e avaliados pelos Assessores Jurídicos com a probabilidade de risco possível. A Corretora figura como parte em um processo administrativos do Banco Central do Brasil, em virtude de suposta ausência de comunicação ao COAF. Nossos assessores jurídicos consideram a possibilidade de perda possível e ajuizaram ação cautelar a fim de suspender liminarmente as penalidades aplicadas pelo BACEN no montante de aproximadamente R$ 12.239 (R$ 9.491 em 31/12/2019). **Processos de natureza trabalhista:** A Fair Corretora é parte (polo passivo) em 04 (quatro) ações trabalhistas avaliadas pelos Assessores Jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montante de R$ 1.387 mil, (R$ 1.387 em 31/12/2019). com depósito judicial de R$ 143 mil (R$ 142 em 31/12/2019). até a resolução das questões legais correspondentes, para serem utilizados em pagamento do débito ou levantamento do saldo, quando do desfecho do processo. **14) Capital Social:** O Capital Social em 2020 e 2019 é de R$. 8.617 mil sendo representado por 8.617 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

15) Outras Despesas administrativas:

Descrição	2020	2019
Despesas de aguá, energia e gás	132	132
Despesas de alugueis	2.026	2.219
Despesas de comunicações	904	979
Despesas de honorários	492	492
Despesas manutenção e conservação	617	633
Despesas de material	179	264
Despesas processamento de dados	961	1.110
Despesas promoção relações publicas	162	164
Despesas serviços Sistema financeiro	30.952	30.353
Despesas de serviços de terceiros	596	1.041
Despesas de serviços técnico especial	4.602	6.423
Despesas de transporte	504	699
Despesas de viagem no pais	252	74
Outras despesas administrativas	393	693
Total	**42.771**	**45.275**

16) Partes Relacionadas: A corretora não possui transações com outras partes relacionadas. **17) Distribuição de Dividendos:** No ano de 2020 e 2019 não houve distribuição de dividendos. **18) Remuneração do Pessoal Chave da Administração:** A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$. 492 e em 2019 (R$. 492), a qual é considerada benefício de curto prazo. **19) Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Em cumprimento à legislação especifica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos **20) Gerenciamento de Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 4.557 de 23/02/2017 do Banco Central do Brasil, a instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. **21) Gerenciamento De Risco Operacional:** Em cumprimento da Resolução nº 4557/2017 do CMN, a corretora gerencia seus riscos operacionais em total consonância com as disposições regulamentares e as melhores práticas do mercado. Sua diretoria está plenamente engajada no processo, definiu e aprovou a política de gerenciamento e coordena as atividades relacionadas ao risco operacional e disponibilizou adequados recursos humanos e materiais. É responsável pelas informações e promoveu ampla divulgação aos clientes e colaboradores em seu site na rede mundial de computadores, disponível a todos os interessados. **22) Gerenciamento de Risco de Mercado:** Em cumprimento da Resolução nº 4557/2017 do CMN, que implantou a corretora implantou a estrutura de gerenciamento de risco de mercado, a qual é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição em taxas de juros, taxas de cambio, cotação de mercadorias, da instituição. As aplicações são controladas pela Diretoria, que avalia a necessidade de diluição do Risco. **23) Ouvidoria:** O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução nº 4860/2020 do Banco Central do Brasil. **24) Limites Operacionais (acordo de Basiléia):** O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2020, apurado em conformidade legislação vigente é de 9,31% para a instituição financeira (8,80% em 31 de Dezembro 2019). **25) Evento Subsequente - Covid 19:** A doença foi identificada pela primeira vez em Wuham, na província de Hubei, na República Popular da China, em 1/12/2019. Em 11/03/2020, a OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE declarou o surto como uma pandemia em função dessa declaração, viagens internacionais foram drasticamente reduzidas e a mobilização de pessoas reduzidas. Este fato e as ações para conter esta pandemia resultaram em mudanças macroeconômicas e fortes oscilações no mercado financeiro e de capitais brasileiro e de diversos países. Pela análise realizada, tendo em vista o perfil da **Corretora**, os ativos constantes nas demonstrações financeiras não sofreram impactos, e não identificamos até a presente data, outros efeitos que possam impactar as demonstrações financeiras encerradas no semestre findo em 31.12.2020.

A Diretoria
Valdemir Soprani - Contador - CRC-1SP 88327/O-0

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) Contexto Operacional: Fair Corretora de Cambio S/A tem por objetivo social a intermediação de operações de câmbio, inclusive em Bolsas de Mercadorias e Futuros e a prática de operações no mercado de taxas flutuantes. **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis**: As Demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e com as práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020. À referida norma, entre outros requisitos, estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo. A Diretoria da Fair autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 30 de março de 2021. **3) Resumo das Principais Práticas Contábeis**: **a) Apuração dos Resultados**: As receitas e Despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência; **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas com objetivo de gerenciar os compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão reconhecidas pelos valores de aquisição (papéis de compra), cujos rendimentos incorridos estão reconhecidos até a data do balanço. **c) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** Estão apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Ativo Circulante e Não Circulante**: Demonstrados pelos valores de custo e/ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço; **f) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou as circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos: • ***Investimentos*** - São avaliados pelo método de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. • ***Imobilizado*** - A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: 4% a.a. para edificações, 20% para sistema de processamento de dados, 10% instalações e 10% para sistema de segurança, moveis e equipamentos e sistema de comunicação. A Corretora manteve os saldos dos bens registrados no Ativo imobilizado ao custo histórico, em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização, os quais não excedem o valor recuperável. **g) Ativos Intangíveis**: São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos direitos de uso. O quadro de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 10; **h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Administradores da **Fair Corretora De Câmbio S/A.** São Paulo - SP - **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da FAIR Corretora de Câmbio S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FAIR Corretora de Câmbio S/A, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Como parte integrante dos procedimentos para os exames de auditoria independente, efetuamos pedidos de confirmações junto às Instituições Financeiras que mantém operações com a FAIR Corretora de Câmbio S/A, sobre os saldos e operações mantidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Todavia não recebemos todas as respostas até a emissão deste relatório. Assim sendo, aplicamos procedimentos alternativos de auditoria através da análise dos extratos bancários disponibilizados pela administração, entretanto, não nos foi possível certificarmos quanto à existência de eventuais operações e obrigações, porventura, não registrados nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Destacamos o mencionado na nota explicativa nº 13, em observância a Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 25 (R1), que descreve as contingências tributárias e cíveis referentes aos processos instaurados pelos órgãos reguladores contra a FAIR Corretora de Câmbio S/A, considerados pelos seus Assessores Jurídicos com probabilidade de perda possível. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da FAIR Corretora de Câmbio S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis;** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FAIR Corretora de Câmbio S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 março de 2021.

SACHO - Auditores Independentes CRC - 2SP 017.676/O-8
Hugo Francisco Sacho CRC - 1SP 124.067/O-1

Dólar cai a R$ 5,67 com exterior enquanto impasse do Orçamento persiste

As incertezas sobre o Orçamento de 2021 persistem, em dia sem novas desdobramentos sobre o tema, mas influenciada pelo exterior positivo, em pregão marcado por queda mundial do dólar, a moeda americana teve dia de perdas também ante o real. Em dia com apetite por risco de emergentes no exterior, após bons balanços de grandes bancos americanos e dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) reforçando a manutenção de estímulos, operadores relataram entrada de fluxo externo no mercado doméstico e perspectiva de novos aportes, em meio a emissões de ações e renda fixa de empresas. Notícias de mais vacinas da Pfizer para o Brasil também ajudaram, enquanto as mesas de operação monitoraram o noticiário político, em dia de julgamentos no Supremo, sobre a CPI da pandemia, que foi confirmada pelos demais ministros, e as condenações de Luiz Inácio Lula da Silva.

No fechamento do mercado, o dólar à vista encerrou o dia em queda de 0,82%, a R$ 5,6705. Já o dólar futuro para maio cedia 1,04%, a R$ 5,6650 às 17h40.

Com o Ibovespa superando os 120 mil pontos, houve relatos de novos fluxos nesta quarta para o Brasil. Dados do Banco Central desta quarta-feira mostram fluxo cambial de US$ 1,064 bilhão entre os dias 5 a 9 de abril, dos quais US$ 927 milhões pelo canal financeiro. Depois deste período, houve outras operações, como a venda de debêntures da Vale da carteira do BNDES, em operação de R$ 11,5 bilhões, com demanda duas vezes maior que a oferta.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:05:00

Publicidade Legal

Capgemini Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 – NIRE 35.300.178.815

Assembleia Geral Ordinária – Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30/04/2021 às 10h, na sede social, situada na Alameda Grajaú, nº 60, 14º andar, sala 1401, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Ordinária:** a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; b) aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e seus respectivos suplentes para o exercício social de 2021; d) aprovação da realização de todos e quaisquer atos necessários para a implementação dos assuntos acima transcritos; e) Aprovar a remuneração global e anual dos Conselheiros e Diretores Estatutários da Companhia e, f) outros assuntos pertinentes à Assembleia Geral Ordinária. **Continuam à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere a letra "a" da Ordem do Dia da pauta da Assembleia Ordinária acima indicada.** (15, 16 e 17/04/2021)

Ascenty Holding Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 39.831.312/0001-82 – NIRE 35.300.559.461

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2021

Data, Hora e Local: Às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Iaiá nº 150, conjunto 82, sala 03, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** convocação dispensada em razão de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, mediante a assinatura no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Sr. Gabriel Nascimento Pinto: Presidente e Sr. André Neris de Souza: Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade: 1º)** a celebração, pela Companhia, na qualidade de garantidora, do "*Amended and Restated Credit Agreement*" ("Aditamento ao Contrato de Crédito") a ser celebrado entre a **Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.** ("Ascenty Data Centers"), na qualidade de devedora ("Devedora"), a Companhia, na qualidade de garantidora inicial, determinados garantidores adicionais partes do Aditamento ao Contrato de Crédito, determinados credores iniciais ("Credores Originais" e, em conjunto com outros credores de tempos em tempos parte do Aditamento ao Contrato de Crédito, "Credores"), partes do Aditamento ao Contrato de Crédito, a **TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("Agente de Garantias Brasileiro")**, na qualidade de agente de garantias brasileiro, e **Citibank, N.A.**, na qualidade de agente administrativo, coordenador global e, em conjunto com as demais instituições identificados no Aditamento ao Contrato de Crédito, na qualidade de estruturadores líderes e *"joint bookrunners"*, para refletir alterações nas características e condições do empréstimo originalmente contratado pela Ascenty Data Centers no âmbito do *Credit Agreement* celebrado em 20/12/2018 e ao qual a Companhia aderiu, na qualidade de garantidora, em 30/11/2020, cujo valor de principal passará a ser de até US$925.000.000,00**; 2º)** outorga, pela Companhia, de aval no âmbito das Notas Promissórias a serem emitidas pela Ascenty Data Centers em favor dos Credores; **3º)** a celebração, pela Companhia, do Primeiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças – Ascenty Holding BR", a ser celebrado entre a **Stellar Canada Holding, LLC**, a **Digital Stellar Sub, LLC**, o **Data Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** e a **Ascenty U.S. Holding, LLC**, na qualidade de fiduciantes, o Agente de Garantias Brasileiro e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações – Ascenty Holding BR"), para refletir, dentre outros, as novas condições do empréstimo acordadas no âmbito do Aditamento ao Contrato de Crédito**; 4º)** a celebração, pela Companhia, do Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações – Ascenty Data Centers; **5º)** a prática, pela Companhia, seus diretores, administradores e/ou procuradores constituídos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, de todas e quaisquer providências necessárias ou convenientes à consecução das deliberações acima, incluindo a celebração e negociação dos documentos acima referidos, bem como de todos os atos e de quaisquer documentos necessários para a implementação do Aditamento ao Contrato de Crédito; e **6º)** a ratificação da prática, pelos administradores e/ou procuradores da Companhia, de quaisquer atos referentes aos documentos referidos na Ordem do Dia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo-SP, 16/03/2021. Assinaturas: **Mesa:** Gabriel Nascimento Pinto: Presidente; André Neris de Souza: Secretário. **Stellar Canada Holding, LLC**, por Gabriel Nascimento Pinto. **Digital Stellar Sub, LLC**, por Gabriel Nascimento Pinto. **Data Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** p.p. **Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.** p. José Roberto Menezes de Oliveira e Felipe Escamilia Rocha. **Ascenty U.S. Holding, LLC**, p. Gabriel Nascimento Pinto. JUCESP – Registrado sob o nº 154.050/21-0 em 08/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Epharma – PBM do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.448.808/0001-24 – NIRE 35.300.173.872

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores Acionistas da **Epharma – PBM do Brasil S.A.** ("Sociedade") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22/04/2021, às 10hs, na sede da Sociedade, localizada em Barueri/SP, Alameda Mamoré nº 989, conjunto 902, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** deliberar e votar sobre a aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade destinado aos colaboradores que exerçam cargos de diretoria e gerência; e **(ii)** autorizar a Diretoria Executiva a praticar todos os atos necessários a implementação do referido Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade. Informam, outrossim, que os documentos relativos às matérias a serem debatidas em Assembleia Geral Extraordinária encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social da Sociedade. (14, 15 e 16/04/2021)

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/ME nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2021

Data: 16/03/2021. **Hora:** 10h00min. **Local:** sede social da Companhia, na Avenida João Batista Nunes nº 50, Sala 02, Quadra G1 B1, Parte A, Gleba 1B, Distrito Industrial Benedito Storani, Vinhedo-SP. **Publicações:** dispensadas tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social. **Presença:** acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presenças. **Mesa:** André Neris de Souza: Presidente e Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa: Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia aprovadas por unanimidade: 1º)** a celebração, pela Companhia, do "Amended and Restated Credit Agreement" ("Aditamento ao Contrato de Crédito"), a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de devedora, **Ascenty Holding Brasil S.A.** ("Ascenty Holding Brasil"), na qualidade de garantidora inicial, determinados garantidores adicionais, partes do Aditamento ao Contrato de Crédito, determinados credores iniciais ("Credores Originais" e, em conjunto com outros credores de tempos em tempos parte do Aditamento ao Contrato de Crédito, "Credores"), partes do Aditamento ao Contrato de Crédito, a **TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.** ("Agente de Garantias Brasileiro"), na qualidade de agente de garantias brasileiro, e **Citibank, N.A.**, na qualidade de agente administrativo, coordenador global e, em conjunto com as demais instituições identificados no Aditamento ao Contrato de Crédito, estruturadores líderes e *"joint bookrunners"*, para refletir alterações nas características e condições do empréstimo originalmente contratado pela Companhia no âmbito do "Credit Agreement" celebrado em 20/12/2018; cujo valor de principal passará a ser de até US$ 925.000.000,00, **2º)** a celebração, pela Companhia, do 2º Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças – Ascenty Data Centers", a ser celebrado entre a Ascenty Holding Brasil, o Agente de Garantias Brasileiro e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("2ºAditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações – Ascenty Data Centers"), para refletir, dentre outros, as novas condições do empréstimo acordadas no âmbito do Aditamento ao Contrato de Crédito**; 3º)** a celebração, pela Companhia, do 1º Aditamento e Consolidação ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de fiduciante, e o Agente de Garantias Brasileiro ("1º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária"), para refletir, dentre outros, as novas condições do empréstimo acordadas no âmbito do Aditamento ao Contrato de Crédito; **4º)** a emissão, pela Companhia, de Notas Promissórias em favor dos Credores no âmbito do Aditamento ao Contrato de Crédito; **5º)** a celebração, pela Companhia, do 1º Aditamento e Consolidação ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros – ID Nº 003065, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente de Garantias Brasileiro e o Itaú Unibanco S.A. ("1º Aditamento ao Contrato de Depósito"); **6º)** a prática, pela Companhia, seus diretores, administradores e/ou procuradores constituídos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, de todas e quaisquer providências necessárias ou convenientes à consecução das deliberações acima, incluindo a celebração e negociação dos documentos acima referidos, bem como de todos os atos e de quaisquer documentos necessários para a implementação do Aditamento ao Contrato de Crédito; e **7º)** a ratificação da prática, pelos diretores, administradores e/ou procuradores da Companhia, de quaisquer atos relacionados aos itens constantes da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que foi lida, achada conforme e aprovada pelos os presentes. Vinhedo-SP, 16/03/2021. Assinaturas: **Mesa:** André Neris de Souza: Presidente; Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa: Secretário. **Acionista: Ascenty Holding Brasil S.A.** p. **Gabriel Nascimento Pinto** – Diretor Presidente. JUCESP – Registrado sob o nº 154.172/21-2 em 08/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Odebrecht TransPort S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.38154-8

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Odebrecht TransPort S.A., ficam os senhores acionistas convocados a reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)**, a realizar-se em 26 de abril de 2021, às 10hs, de forma virtual, por aplicativo que permita a identificação dos participantes e gravação do conclave, em razão da pandemia (COVID-19), cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, para deliberação da seguinte ordem do dia: **(i)** Relatório da Administração; **(ii)** Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; **(iii)** Destinação dos resultados da Companhia, em atenção ao apreciado no item "(i)" acima; **(vi)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** Limite global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021; e **(vi)** Dissolução, Liquidação e Extinção da Concessionária Rota do Horizonte (CRH). São Paulo/SP, 15 de abril de 2021. Antonio Marco Campos Rabello, Vice-Presidente do Conselho de Administração. (15, 16 e 17/04/2021)

Data Mercantil

Entre em contato com o comercial

comercial@datamercantil.com.br

Omid Solutions Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 23.877.653/0001-59

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial	2020	2019
Ativo I Circulante	**2.471**	**1.786**
Caixa e equivalentes de caixa	1.798	1.202
Contas a receber	190	165
Impostos a recuperar	409	389
Despesas antecipadas	19	6
Outros créditos	54	24
Não Circulante	**10.011**	**8.614**
Contas a receber	490	–
Partes relacionadas	1.274	1.600
Bens de direito de uso	3.279	2.609
Imobilizado	4.892	4.405
Intangível	76	–
Total do ativo	**12.482**	**10.400**
Passivo e patrimônio líquido I Circulante	**1.325**	**1.025**
Fornecedores	142	122
Arrendamento Mercantil	833	628
Obrigações tributárias	66	8
Salários e encargos	279	267
Outras contas a pagar	5	–
Não Circulante	**2.445**	**1.674**
Arrendamento Mercantil	2.442	1.674
Partes relacionadas	3	–
Patrimônio Líquido	**8.712**	**7.701**
Capital social	12.932	9.327
Prejuízos acumulados	(4.220)	(1.626)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**12.482**	**10.400**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2020	2019
Prejuízo do Exercício	**(2.594)**	**(1.398)**
Outros Resultados Abrangentes	**–**	**–**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(2.594)**	**(1.398)**
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	(2.349)	(1.398)
Acionistas não controladores	(245)	–

Demonstrações do Resultado	2020	2019
Receita Operacional Líquida	**1.839**	**152**
Custo dos Serviços Prestados	**(3.253)**	**(2)**
Prejuízo	**(1.414)**	**150**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas com vendas	(312)	(7)
Despesas gerais e administrativas	(665)	(1.859)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	76	389
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**(2.315)**	**(1.327)**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	6	2
Despesas financeiras	(285)	(73)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(2.594)**	**(1.398)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	**–**
Prejuízo do Exercício	**(2.594)**	**(1.398)**
Atribuível Aos:		
Acionistas controladores	(2.349)	(1.398)
Acionistas não controladores	(245)	–
Resultado por ação – R$		
Ações Ordinárias	(0,24)	(0,14)
Ações Preferenciais	(0,02)	–

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2018	**327**	**(228)**	**99**
Aumento de capital	9.000	–	9.000
Resultado do exercício	–	(1.398)	(1.398)
Saldos em 31/12/2019	**9.327**	**(1.626)**	**7.701**
Aumento de capital	3.605	–	3.605
Resultado do exercício	–	(2.594)	(2.594)
Saldos em 31/12/2020	**12.932**	**(4.220)**	**8.712**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**(2.594)**	**(1.398)**
Resultado antes do IRPJ e da contribuição social		
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.429	329
Baixa de bens de direito de uso	313	
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	(74)
Juros apropriados – arrendamentos	251	69
	(549)	(1.074)
Redução (aumento) em ativos operacionais:		
Contas a receber	(568)	(91)
Impostos a recuperar	(20)	(389)
Despesas pagas antecipadamente	(13)	(6)
Partes relacionadas	329	(1.600)
Outros ativos	(30)	59
Aumento (redução) em passivos operacionais:		
Fornecedores	20	114
Obrigações tributárias	58	8
Obrigações trabalhistas	12	260
Outras contas a pagar	5	(3)
Juros pagos – arrendamentos	(986)	(68)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(1.742)**	**(2.790)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao ativo imobilizado, intangível e bens e direitos de uso	(2.975)	(7.311)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(2.975)**	**(7.311)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Captação de arrendamento	1.708	2.511
Amortização de arrendamento		(209)
Aumento de capital	3.605	9.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**5.313**	**11.302**
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**596**	**1.201**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.202	1
No fim do exercício	1.798	1.202
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**596**	**1.201**

Ricardo Gonçalves de Araújo – Diretor
David Esteves Dias da Rocha – Diretor
Kellyn Marques Possacos – Contadora CRC 1SP 332.733/O-1

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,6930 / R$ 5,6936 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,6670 / R$ 5,6690 *
Turismo - R$ 5,6770 / R$ 5,8530

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,83%

OURO BM&F
R$ 313,010

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: 0,84%
Pontos: 120.294
Volume financeiro: R$ 61,263 bilhões
Maiores altas: Marfrig ON (5,54%), CVC Brasil ON (5,36%), Usiminas PN (4,21%)
Maiores baixas: Cogna Educação ON (-4,62%), Sul América UNT (-3,44%), Iguatemi ON (-3,18%)

S&P 500 (Nova York): -0,41%
Dow Jones (Nova York): 0,16%
Nasdaq (Nova York): -0,99%
CAC 40 (Paris): 0,40%
Dax 30 (Frankfurt): -0,17%
Financial 100 (Londres): 0,71%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,44%
Hang Seng (Hong Kong): 1,42%
Shanghai Composite (Xangai): 0,60%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,83%
Merval (Buenos Aires): -0,80%
IPC (México): 1,74%

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:06:01

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

CNPJ/MF nº 61.015.087/0001-65 – Rua Coronel Melo de Oliveira 221 – São Paulo-SP – CEP 05011-040

O INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS é uma pessoa jurídica de direito privado de fins educacionais, assistenciais, culturais, filantrópicos e beneficente, que tem duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 61.015.087/0001-65, com sede na Rua Coronel Melo de Oliveira, 221 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Declarado como de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 6.434, de 27 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/10/1961, tendo por finalidade prestar a assistência social à infância, adolescência e aos idosos carentes, promover a educação e o ensino, desenvolver a promoção social da coletividade e estimular a disseminação da cultura nessa mesma coletividade. Entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nº 23000.010294/2012-25, o qual foi publicado o Deferimento pela Portaria nº 30, de 05/02/2020, sendo o período de validade desta renovação 01/01/2013 a 31/12/2015. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC tempestivamente em 07/12/2015 conforme processo nº 23000.022264/2015-12 para respaldar o período de 2016 a 2018, e posteriormente em 18/12/2018, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000.041226/2018-01 para respaldar o período de 2019 a 2021.

Relatório da Administração

Srs.(as) Associados(as): Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício findo em 31/12/2020, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020. *A Diretoria*

Balanço Patrimonial dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em reais)*

Ativo	NE	2020	2019
Circulante		**129.709.869,60**	**167.768.146,52**
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	**89.610.519,87**	**116.545.927,80**
Caixa		**96.965,63**	**145.817,04**
Instituto		32.768,55	66.681,40
Assistência Social		11,61	218,46
Educacional		48.320,41	57.540,88
Mercantil		15.865,06	21.376,30
Bancos Conta Movimento		**121.916,47**	**158.658,62**
Instituto		5.446,45	19.769,22
Assistência Social		19.851,44	19,72
Educacional		96.562,89	138.743,74
Mercantil		55,69	125,94
Bancos Conta Poupança	7	**2.239,74**	**1.673,22**
Instituto		2.239,74	1.673,22
Aplicação Financeira – Liquidez Imediata	7	**40.712.852,20**	**54.285.467,28**
Instituto		43.494,34	68.219,05
Assistência Social		271.432,77	5.019,39
Educacional		40.393.139,26	54.169.406,06
Mercantil		4.785,83	42.822,78
Aplicação Financeira – Prazo Fixo	7	**48.676.545,83**	**61.954.311,64**
Instituto		47.570.103,63	52.853.406,92
Educacional		829.790,37	8.444.354,87
Mercantil		276.651,83	656.549,85
Clientes e Outros Recebíveis	8	**37.111.786,30**	**46.129.937,36**
Anuidades à Receber		**4.003.291,90**	**8.391.884,52**
Educacional		13.036.873,77	17.348.537,60
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.033.581,87)	(8.956.653,08)
Títulos à Receber		**6.977.476,03**	**9.915.015,72**
Educacional		7.845.994,73	9.564.455,74
Mercantil		339.447,95	1.764.196,73
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.207.966,65)	(1.413.636,75)
Alugueis à Receber		**2.757.639,05**	**–**
Instituto		2.757.639,05	–
Outros Títulos à Receber		**23.373.379,32**	**27.823.037,12**
Instituto		19.793.129,24	21.360.224,87
Educacional		925.781,43	871.417,99
Mercantil		2.654.468,65	5.591.394,26
Outros Ativos Circulantes		**1.035.021,50**	**2.869.934,49**
Seguros e Assinaturas à apropriar		**142.123,07**	**855.425,86**
Instituto		48.487,83	84.309,44
Educacional		93.635,24	771.116,42
Adiantamentos	9	**658.976,64**	**1.576.307,71**
Instituto		468.757,46	469.189,54
Assistência Social		3.815,41	10.103,44
Educacional		184.499,44	853.734,95
Mercantil		1.904,33	243.279,78
Outros Valores à Receber		**99.144,12**	**283.389,10**
Instituto		51.247,40	51.247,40
Educacional		38.267,48	222.512,46
Mercantil		9.629,24	9.629,24
Impostos à Recuperar		**134.777,67**	**154.811,82**
Instituto		53.026,55	54.372,61
Assistência Social		6.375,28	6.375,28
Educacional		73.413,36	93.949,91
Mercantil		1.962,48	114,02
Estoques	10	**1.952.541,93**	**2.222.346,87**
Produtos e Materiais Diversos		**1.952.541,93**	**2.222.346,87**
Instituto		370.500,00	288.983,00
Educacional		329.987,95	684.034,44
Mercantil		1.252.053,98	1.249.329,43
Não – Circulante		**430.286.052,11**	**429.412.242,78**
Realizável a Longo Prazo		**3.922.786,55**	**3.630.325,06**
Mensalidades à Receber de Longo Prazo	8	**967.524,63**	**1.008.031,80**
Instituto		862.000,00	874.000,00
Educacional		156.240,83	209.728,47
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		(50.716,20)	(75.696,67)
Outros Títulos à Receber	8	**1.529.184,60**	**1.630.183,70**
Instituto		1.525.569,92	1.525.569,92
Educacional		3.614,68	104.613,78
Depósitos Judiciais		**1.426.077,32**	**992.109,56**
Instituto		187.728,80	182.788,65
Assistência Social		107,40	107,40
Educacional		1.238.241,12	809.213,51
Imobilizado	11	**426.180.089,97**	**425.524.202,83**
Bens em Uso		**588.950.593,46**	**571.064.073,52**
Instituto		491.190.447,46	487.736.080,06
Assistência Social		225.218,21	215.658,21
Educacional		97.528.031,16	82.897.866,57
Mercantil		6.896,63	214.468,68
(-) Depreciação Acumulada		**(162.770.503,49)**	**(145.539.870,69)**
Instituto		(117.813.213,04)	(106.171.101,38)
Assistência Social		(193.914,60)	(186.698,40)
Educacional		(44.759.289,50)	(39.129.561,93)
Mercantil		(4.086,35)	(52.508,98)
Intangível	11	**152.278,79**	**223.078,51**
Marcas e Patentes		**–**	**5.918,40**
Educacional		–	5.918,40
Softwares		**1.419.640,58**	**1.419.640,58**
Instituto		666.471,01	659.456,01
Assistência Social		738,00	738,00
Educacional		743.567,51	743.567,51
Mercantil		8.864,06	15.879,06
(-) Amortização Acumulada		**(1.267.361,79)**	**(1.202.480,47)**
Instituto		(533.329,49)	(478.928,66)
Assistência Social		(650,00)	(550,20)
Educacional		(725.512,92)	(712.793,71)
Mercantil		(7.869,38)	(10.207,90)
Bens em Comodato		**30.896,80**	**34.636,38**
Bens em Comodato		**30.896,80**	**34.636,38**
Educacional		29.096,80	21.956,38
Mercantil		1.800,00	12.680,00
Total do Ativo		**559.995.921,71**	**597.180.389,30**

Passivo	NE	2020	2019
Circulante		**9.823.041,38**	**30.150.828,54**
Fornecedores		**2.862.614,12**	**6.845.760,53**
Instituto		405.323,39	593.170,24
Educacional		920.442,73	4.032.811,37
Mercantil		1.536.848,00	2.219.778,92
Obrigações Trabalhistas		**1.572.110,07**	**4.353.274,50**
Instituto		325.244,28	358.654,12
Assistência Social		28.469,74	42.449,04
Educacional		1.198.165,47	3.919.085,70
Mercantil		20.230,58	33.085,64
Obrigações Fiscais e Sociais à Recolher		**486.931,95**	**1.398.299,00**
Instituto		111.658,64	132.480,81
Assistência Social		10.382,37	13.553,25
Educacional		358.566,46	1.239.743,15
Mercantil		6.324,48	12.521,79
Obrigações Tributárias à Recolher		**653.160,64**	**1.500.681,76**
Instituto		101.468,68	111.700,33
Assistência Social		2.626,73	1.895,59
Educacional		546.780,00	1.362.710,89
Mercantil		2.285,23	24.374,95
Provisões Sociais e Trabalhistas		**1.517.929,40**	**4.601.689,21**
Instituto		756.577,95	758.160,01
Assistência Social		49.002,81	78.559,98
Educacional		686.410,96	3.691.208,54
Mercantil		25.937,68	73.760,68
Subvenções e Convênios à Aplicar	12	**294.003,41**	**24.527,16**
Assistência Social		294.003,41	24.527,16
Outras Obrigações à Pagar		**345.762,97**	**904.664,25**
Instituto		73.989,59	63.355,56
Assistência Social		925,10	987,49
Educacional		270.830,43	471.299,92
Mercantil		17,85	369.021,28
Receitas Antecipadas		**2.090.528,82**	**10.521.932,13**
Instituto		115.833,36	37.700,00
Educacional		289.397,73	4.064.270,66
Mercantil		1.685.297,73	6.419.961,47
Não – Circulante		**5.506.091,53**	**15.812.543,25**
Receitas Diferidas		**322.265,34**	**426.256,14**
Assistência Social		3.505,86	4.742,02
Educacional		318.759,48	421.514,12
Provisão para Contingências	13	**4.484.929,39**	**15.351.650,73**
Instituto		130.000,00	9.688.382,61
Educacional		4.344.929,39	5.663.268,12
Mercantil		10.000,00	–
Receitas Antecipadas		**668.000,00**	**–**
Instituto		668.000,00	–
Bens em Comodato		**30.896,80**	**34.636,38**
Educacional		29.096,80	21.956,38
Mercantil		1.800,00	12.680,00
Patrimônio Líquido	14	**544.666.788,80**	**551.217.017,51**
Patrimônio Social		**256.529.718,57**	**244.848.528,36**
Instituto		156.243.808,92	170.103.644,49
Assistência Social		(72.378,37)	(61.651,46)
Educacional		102.517.636,06	76.218.882,83
Mercantil		(2.159.348,04)	(1.412.347,50)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		**295.179.773,85**	**303.182.293,06**
Instituto		295.179.773,85	303.182.293,06
Déficit/Superávit dos Exercícios	15	**(7.042.703,62)**	**3.186.196,09**
Instituto		(6.829.163,76)	(25.383.599,96)
Assistência Social		16.447,87	(54.071,77)
Educacional		(3.663.024,22)	26.617.575,86
Mercantil		3.433.036,49	2.006.291,96
Total do Passivo e Patrimônio Liquido		**559.995.921,71**	**597.180.389,30**

Demonstração do Resultado do Período dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em reais)*

Operações em continuidade	NE	2020	2019
Educacional			
Receita de Serviços		**70.713.912,53**	**191.583.544,43**
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Básica		13.440.811,66	140.592.494,28
(-) Bolsas Filantropicas Integrais – Educação Básica	16	(1.116.495,73)	(14.213.345,33)
(-) Bolsas Filantropicas Parciais – Educação Básica	16	(529.774,68)	(6.408.055,81)
(-) Assistencia Educacional Funcional – Educação Básica	16	(706.629,09)	(7.943.170,53)
(-) Assistencia Educacional Integrais – Educação Básica	16	(8.533,50)	(223.802,21)
(-) Assistencia Educacional Parciais – Educação Básica	16	(1.453.878,35)	(16.232.004,94)
(-) Devoluções e Cancelamentos – Educação Básica		(63.815,54)	(68.037,57)
(-) Descontos e Abatimentos – Educação Básica		(46.442,21)	(109.325,75)
Receitas de anuidades escolares – Educação Básica		**9.515.242,56**	**95.394.752,14**
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Superior	18	52.693.667,23	58.934.543,77
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Pós Graduação	18	2.018.047,68	3.925.762,72
(-) Bolsas Filantropicas Integrais – Educação Superior	16	(116.284,60)	(150.697,54)
(-) Assistencia Educacional Integrais – Educação Superior	16	(41.084,28)	(30.667,24)
(-) Assistencia Educacional Funcional – Educação Superior	16	(617.953,92)	(633.905,32)
(-) Bolsas Filantropicas Integrais ProUni – Educação Superior	16	(7.855.077,16)	(8.032.122,72)
(-) Bolsas Filantropicas Parciais ProUni – Educação Superior	16	(707.243,02)	(1.063.607,14)
(-) Devoluções e Cancelamentos – Educação Superior		(200.083,20)	(211.107,58)
(-) Descontos e Abatimentos – Educação Superior		(2.888.382,86)	(3.349.570,33)
(-) Assistencia Educacional Funcional – Educação Pós-Graduação		(22.437,77)	(52.437,72)
(-) Assistencia Educacional Integrais – Educação Pós-Graduação		(4.150,00)	(87.685,19)
(-) Assistencia Educacional Parciais – Educação Pós-Graduação		(35.713,35)	(80.878,27)
Receitas de anuidades escolares – Educação Superior		**42.223.304,75**	**49.167.627,44**
Outras receitas escolares	19	893.891,56	8.456.189,54
Receitas com subvenções		102.754,64	105.101,73
Receitas patrimoniais (aluguéis)		80.280,61	899.734,63
Receitas com doações e promoções	20	15.045,86	1.444.309,46
Receita com venda patrimonial		40.000,00	20.000,00
Receita com isenção usufruída	21	6.113.681,82	19.260.452,37
Outras receitas	22	9.881.355,41	8.816.771,27
Trabalho Voluntário	23	1.848.355,32	8.018.605,85
(-) Custo dos Serviços Prestados – Educação Básica		**(4.669.282,58)**	**(61.502.177,13)**
(-) Custo dos Serviços Prestados – Educação Superior	18	**(20.595.053,37)**	**(23.854.241,83)**
Resultado Bruto		**45.449.576,58**	**106.227.125,47**
Despesas administrativas		(10.056.699,21)	(21.257.136,58)
Despesas com pessoal – Educação Básica		(1.378.410,23)	(15.808.771,19)
Despesas com pessoal – Ensino Superior	18	(9.968.312,57)	(10.429.261,66)
Despesas de manutenção		(9.644.729,95)	(9.601.045,47)
Despesas tributárias e contribuições		(462.792,73)	(1.104.345,18)
Despesas provisão para contingências	13	(76.496,37)	(1.406.659,98)
Despesas com depreciação/amortização	11	(5.335.411,79)	(4.720.645,92)
Despesas estimativa para crédito de liquidação duvidosa		(7.214.789,41)	(6.609.448,07)
Despesas assistenciais		(1.855,00)	(38.128,16)
Despesa com religiosas		(2.123.430,47)	(2.750.307,93)
Despesa com venda/baixa patrimonial		(13.586,07)	(337.339,39)
Projetos assistenciais e unidades		(52.457,74)	(103.270,83)
Perdas no recebimento de mensalidades		(3.194.047,49)	(2.733.013,39)
Outras despesas		(10.712,70)	(68.158,94)
Trabalho Vonluntário	23	(1.848.355,32)	(8.018.605,85)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**(5.932.510,47)**	**21.240.986,93**
Receitas financeiras		2.624.641,18	6.220.605,51
Despesas financeiras		(355.154,93)	(844.016,58)
Déficit/Superávit Educacional		**(3.663.024,22)**	**26.617.575,86**
Instituto			
Receitas		**23.855.991,43**	**6.263.486,93**
Receitas patrimoniais (aluguéis)		4.574.578,43	277.301,56
Receitas com doações e promoções	20	5.654.304,12	2.101.719,30
Receita com venda patrimonial		3.000,00	193.398,53
Receita com isenção usufruída	21	1.651.261,02	1.745.687,56
Outras receitas	22	10.514.804,91	544.188,22
Trabalho Vonluntário	23	1.458.042,95	1.401.191,76
Resultado Bruto		**23.855.991,43**	**6.263.486,93**
Despesas administrativas		(12.701.306,97)	(14.709.481,66)
Despesas de manutenção		(1.312.750,64)	(2.548.817,71)
Despesas tributárias e contribuições		(112.396,49)	(104.674,09)
Despesas com depreciação/amortização	11	(12.402.200,38)	(12.032.969,55)
Despesa com religiosas		(3.398.247,88)	(3.582.932,96)
Despesa com venda/baixa patrimonial		(582.336,08)	(138,62)
Projetos assistenciais e unidades		(24.765,00)	(36.590,60)
Outras despesas		(138.649,97)	(57.947,46)
Trabalho Vonluntário	23	(1.458.042,95)	(1.401.191,76)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**(8.274.704,93)**	**(28.211.257,48)**
Receitas Financeira		1.473.041,53	2.885.952,46
Despesas financeiras		(27.500,36)	(58.294,94)
Déficit Instituto		**(6.829.163,76)**	**(25.383.599,96)**
Assistencia Social			
Receitas		**1.617.877,31**	**1.687.101,27**
Receitas com subvenções		1.400.900,62	1.445.482,08
Receitas com doações e promoções	20	–	585,56
Receita com isenção usufruída	21	212.429,21	209.146,35
Outras receitas	22	4.547,48	31.887,28
(-) Custo dos serviços prestados	24	**(1.240.579,18)**	**(1.160.992,90)**
Resultado Bruto		**377.298,13**	**526.108,37**
Despesas administrativas	24	(279.569,97)	(462.651,49)
Despesas de manutenção	24	(55.553,31)	(91.489,50)
Despesas tributárias e contribuições	24	(12.585,63)	(9.498,03)
Despesas com depreciação/amortização	11 e 24	(7.316,00)	(9.030,11)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**22.273,22**	**(46.560,76)**
Receitas financeiras		189,35	390,55
Despesas financeiras	24	(6.014,70)	(7.901,56)
Superávit/Déficit Assistencia Social		**16.447,87**	**(54.071,77)**
Mercantil			
Receitas Mercantis		**10.986.484,99**	**11.628.566,89**
Receitas com Vendas da Cantina		390.165,84	2.250.643,13
Receitas com Vendas da Loja		10.495.257,51	8.361.356,74
Receitas com doações e promoções	20	11.392,13	792.791,87
Receita com isenção usufruída	21	74.436,86	204.875,32
Outras receitas	22	15.232,65	18.899,83
(-) Custo da Mercadoria Vendida e deduções		**(6.040.086,19)**	**(8.109.246,74)**
Resultado Bruto		**4.946.398,80**	**3.519.320,15**
Despesas administrativas		(1.235.515,70)	(1.361.461,10)
Despesas de manutenção		(84.776,74)	(96.466,12)
Despesas tributárias e contribuições		(6.062,89)	(14.016,79)
Despesas com depreciação/amortização	11	(21.683,84)	(22.137,64)
Outras despesas		(98.259,38)	(9.309,56)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**3.500.100,25**	**2.015.928,94**
Receitas Financeira		88.372,00	425.278,64
Despesas financeiras		(155.435,76)	(434.915,62)
Superávit Mercantil		**3.433.036,49**	**2.006.291,96**
Déficit/Superávit dos Exercícios		**(7.042.703,62)**	**3.186.196,09**

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em reais)*

1- Atividades Operacionais	2020	2019
Déficit/Superávit dos Exercícios	(7.042.703,62)	3.186.196,09
Depreciação e Amortização	17.295.514,12	16.463.663,92
Estimativa Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(153.721,78)	(786.851,46)
Ajustes de Exercícios Anteriores	392.356,82	775.215,39
Cisão Parcial	100.118,09	–
Superávit/Déficit do Período Ajustado	**10.591.563,63**	**19.638.223,94**
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		
Clientes e Outros Recebíveis	9.146.892,37	(578.086,07)
Estoques	269.804,94	(259.562,87)
Outros Ativos Circulantes	1.834.912,99	(733.456,64)
Realizável a Longo Prazo	(267.481,02)	(1.248.867,01)
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	**10.984.129,28**	**(2.819.972,59)**
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		
Obrigações Trabalhistas	(2.781.164,43)	111.297,40
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	(911.367,05)	52.444,25
Obrigações Tributárias a Recolher	(847.521,12)	93.901,82
Fornecedores	(3.983.146,41)	2.104.179,71
Outras Obrigações à Pagar	(558.901,28)	(989.720,47)
Subvenções e convênios à Aplicar	269.476,25	(942.593,83)
Provisões Sociais e Trabalhistas	(3.083.759,81)	292.169,19
Receitas Antecipadas	(7.763.403,31)	2.661.041,95
Provisão para contingências	(10.866.721,34)	2.224.027,06
Receitas Diferidas	(103.990,80)	(106.337,89)
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	**(30.630.499,30)**	**5.500.409,19**
Total das Atividades Operacionais	**(9.054.806,39)**	**22.318.660,54**
2- Das Atividades de Investimentos		
(-) Aquisições de Ativo Imobilizado	(17.880.601,54)	(20.962.067,83)
Total Das Atividades de Investimentos	**(17.880.601,54)**	**(20.962.067,83)**
(1+2) Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(26.935.407,93)**	**1.356.592,71**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	116.545.927,80	115.189.335,09
Variação Ocorrida no Período	**(26.935.407,93)**	**1.356.592,71**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	89.610.519,87	116.545.927,80

Demonstração do Valor Adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em reais)*

	2020	%	2019	%
Receitas	**110.363.761,96**		**256.053.883,97**	
Receitas de Atividades Área Educacional	69.046.418,13		211.908.990,31	
Receitas Patrimoniais	4.654.859,04		1.177.036,19	
Outras Receitas	36.662.484,79		42.967.857,47	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**42.292.025,67**		**56.458.443,89**	
Custos de Manutenção das Atividades	37.221.659,04		48.927.910,63	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.070.366,63		7.530.533,26	
Valor Adicionado Bruto	**68.071.736,29**		**199.595.440,08**	
Depreciações/Amortizações/ECLD	17.766.612,01		16.784.783,22	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**50.305.124,28**		**182.810.656,86**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Doações	5.680.742,11		4.339.406,19	
Subvenções	1.503.655,26		1.550.583,81	
Receitas Financeiras	4.186.244,06		9.532.227,16	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**61.675.765,71**		**198.232.874,02**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Colaboradores	39.449.959,78	**63,96**	102.445.565,98	**51,68**
Agentes Financeiros	544.105,75	**0,88**	1.345.128,70	**0,68**
Assistência Social e Educacional	16.493.057,00	**26,74**	59.068.410,78	**29,80**
Governo	12.231.346,80	**19,83**	32.187.572,47	**16,24**
Déficit/Superávit do Exercício	(7.042.703,62)	**(11,42)**	3.186.196,09	**1,61**
Valor Adicionado Total Distribuído	**61.675.765,71**	**100,00**	**198.232.874,02**	**100,00**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em reais)*

Contas / Especificações	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2018	**229.572.392,88**	**6.843.792,68**	**310.839.420,47**	**547.255.606,03**
Incorporação do Superávit	6.843.792,68	(6.843.792,68)	–	–
Ajuste de Exerc. Anteriores	775.215,39	–	–	775.215,39
Ajuste de Aval. Patrimonial	7.657.127,41	–	(7.657.127,41)	–
Superávit do Exercício	–	3.186.196,09		3.186.196,09
Saldo em 31/12/2019	**244.848.528,36**	**3.186.196,09**	**303.182.293,06**	**551.217.017,51**
Incorporação do Superávit	3.186.196,09	(3.186.196,09)	–	–
Cisão Parcial	100.118,09	–	–	100.118,09
Ajuste de Exerc. Anteriores	392.356,82	–	–	392.356,82
Ajuste de Aval. Patrimonial	8.002.519,21	–	(8.002.519,21)	–
Déficit do Exercício	–	(7.042.703,62)	–	(7.042.703,62)
Saldo em 31/12/2020	**256.529.718,57**	**(7.042.703,62)**	**295.179.773,85**	**544.666.788,80**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 – *(Valores Expressos Em R$)*

1. Contexto Operacional – O INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS é uma pessoa jurídica de direito privado de fins educacionais, assistenciais, culturais, filantrópicos e beneficente, que tem duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 61.015.087/0001-65, com sede na Rua Coronel Melo de Oliveira, 221 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Declarado como de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 6.434, de 27 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/10/1961, tendo por finalidade prestar a assistência social à infância, adolescência e aos idosos carentes, promover a educação e o ensino, desenvolver a promoção social da coletividade e estimular a disseminação da cultura nessa mesma coletividade. Entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nº 23000.010294/2012-25, o qual foi publicado o Deferimento pela Portaria nº 30, de 05/02/2020, sendo o período de validade desta renovação 01/01/2013 a 31/12/2015. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC tempestivamente em 07/12/2015 conforme processo nº 23000.022264/2015-12 para respaldar o período de 2016 a 2018, e posteriormente em 18/12/2018, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000.041226/2018-01 para respaldar o período de 2019 a 2021. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos

continua …

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:06:25

... continuação

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em Nota Explicativa das Entidades sem finalidade de lucros. O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. As Imunidades fiscais da Instituição são regidas pelas Leis nº 9.532/1997 (Imunidade ao IRPJ e CSLL), CF/88, artigo 195, § 7º (Não incidência de PIS e COFINS e Imunidade ao INSS Patronal), M.P. 2.158-35/01 artigo 13, inciso III (Alíquota de 1% sobre o PIS da Folha de Pagamento) e Lei nº 12.101/2009 (Imunidade ao INSS Patronal). Também são observadas: Lei nº 9.394/96, Lei nº 9.870/99, Lei nº 11.096/05, Decreto nº 8.242/14, Decreto nº 6.308/07, Lei nº 12.868/13, Resolução CNAS nº 109/09, Resolução CNAS nº 16/10, Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Assistência Social, dentre outras políticas públicas aplicáveis conforme as atividades desenvolvidas pelas Entidades. O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus é uma instituição educacional e/ou social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: • A Instituição é regida pela Constituição Federal; • A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo. A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) O Instituto não remunera e não concedem vantagens ou benefícios as conselheiras, instituidoras, integrantes de votos perpétuos e as candidatas ou diretoras, benfeitores ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este estatuto (artigo 47 do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 41 do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (artigo 53 do Estatuto Social). Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de estimativa para créditos de liquidação duvidosa, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Forma Jurídica conforme a Legislação Vigente** – O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil. **4. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução CFC Nº 1.330/11 (ITG 2000) (R1)** – O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **5. Principais práticas contábeis – a) Apuração do resultado:** **O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.** As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **b) Caixa e equivalentes de caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC-TG 03 (R3)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 – ITG 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Estes incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimento em prazo menor que 90 dias (curto prazo), ou quando maior, seja destinada a atender compromissos de caixa de curto prazo; **c) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do Balanço; **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros; **e) Aplicações financeiras:** Foram registradas ao custo acrescido dos rendimentos correspondentes, por meio do resultado, auferidos até a data do Balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com taxas pactuadas com as instituições financeiras; **f) Anuidades, títulos e direitos a receber:** Foram registradas pelo valor contratado reduzidos das gratuidades e descontos concedidos; **g) Estoques Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16 (R2)):** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de consumo e revenda até a data do Balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R$1.952.541,93; **h) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e, quando necessário, reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização; **i) Estimativa p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (ECLD):** Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, ou seja, com base nos prejuízos reais ocorridos em anos anteriores e assim atendendo a Resolução CFC nº 1409/12 (ITG 2002 (R1)) em seu item 14; **j) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **k) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. Deverá demonstrar o custo do projeto, da mão-de-obra e dos materiais; **l) Intangível:** Avaliado pelo custo de aquisição, sendo efetuada a amortização pelo método linear; **m) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação; **n) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido; **o) Apropriação de Férias e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; **p) Apropriação de 13º Salário e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; **q) Isenções:** o Instituto é isento da contribuição patronal devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos. As respectivas contribuições dos valores que seriam devidos são registradas em contas específicas de despesa, tendo como contrapartida o reconhecimento de um passivo. Depois de atendidos os requisitos da Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/2014 o reconhecimento da isenção usufruída é registrado baixando-se o passivo em contra partida ao grupo de receita com isenção usufruída; **r) Subvenções e convênios**: Os recursos recebidos foram reconhecidos no passivo, sendo registrado como receita em função do cumprimento das obrigações por parte da Entidade ao longo do exercício, em confronto com as correspondentes despesas incorridas nos projetos, atendendo às disposições da Resolução CFC nº 1.305/10 NBC TG 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais e Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades Sem Finalidades de Lucros. Tais gastos foram registrados em contas específicas de despesas e centro de custo, segregando desta forma a assistência social praticada com recursos próprios e de terceiros; **s) Segregação de Atividades:** As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como, Educação, Assistência Social, Mercantil e Instituto; **t) Gratuidades**: O benefício concedido como gratuidade educacional, na concessão de bolsas integrais e parciais Lei nº 12.101/2009, por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades Sem Finalidades de Lucros. No âmbito da assistência social as gratuidades concedidas referem-se ao custo efetivo para a manutenção do serviço socioassistencial.

6. Caixa e equivalentes de caixa	**2020**	**2019**
Caixa	96.965,63	145.817,04
Banco conta movimento	121.916,47	158.658,62
Banco conta poupança	2.239,74	1.673,22
Aplicações financeiras – liquidez imediata	40.712.852,20	54.285.467,28
Aplicações financeiras – prazo fixo	48.676.545,83	61.954.311,64
Total – Caixa e equivalentes	**89.610.519,87**	**116.545.927,80**

7. Aplicações financeiras – São representadas por valores investidos em poupança e títulos privados (fundos de investimento e certificados de depósito bancário) com rentabilidade média equivalente a 100% do "CDI", resgatáveis em até 360 dias.

8. Anuidades e valores a receber/Créditos e valores a receber	**2020**	**2019**
Anuidades a receber – Educação Básica	8.420.142,64	12.114.763,52
Anuidades a receber – Educação Superior	4.616.731,13	5.233.774,08
Títulos a receber	8.185.442,68	11.328.652,47
Alugueis a receber	2.757.639,05	–
Outros títulos a receber	23.373.379,32	27.823.037,12
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.241.548,52)	(10.370.289,83)
Total líquido – Circulante	**37.111.786,30**	**46.129.937,36**
Acordos mensalidade	156.240,83	208.368,43
Cessão de crédito a receber	1.525.569,92	1.525.569,92
Crédito educativo	3.614,68	104.613,78
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(50.716,20)	(75.696,67)
Outras contas a receber	862.000,00	875.360,04
Total líquido – Não Circulante	**2.496.709,23**	**2.638.215,50**

9. Adiantamentos Trabalhistas/Fornecedores	**2020**	**2019**
C/C – Escritório de Cobrança	360,50	28.917,40
C/C – Pag Seguro	–	36,31
Adiantamento de salários	5.763,65	24.857,21
Adiantamento de férias	107.507,78	595.795,11
Adiantamento de viagens	6.108,22	2.828,16
Adiantamentos diversos	–	4.614,80
Adiantamento a Convênios	26.552,11	63.948,08
Adiantamento a fornecedores	512.684,38	855.310,64
Total – Adiantamentos	**658.976,64**	**1.576.307,71**

10. Estoques de Bens de Consumo e Revenda	**2020**	**2019**
Mercadorias – Lanchonete/Cantina	439,13	18.229,01
Mercadorias para Revenda (Outros)	1.249.263,85	1.228.504,32
Material de Embalagem	2.351,00	2.351,00
Animais para Consumo	370.500,00	288.983,00
Almoxarifado	329.987,95	684.279,54
Total – Estoques de bens de consumo e revenda	**1.952.541,93**	**2.222.346,87**

11. Imobilizado e Intangível – Os Ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do Imobilizado e Intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04 (R4)). No ano de 2012 a Entidade adotou novos percentuais de depreciação dos bens do Imobilizado e Intangível e assim se enquadrando na legislação vigente.

Conta	**2020**	**Adição**	**Baixa**	**Depreciação**	**2019**
Imobilizado	**426.180.089,97**	**24.120.275,61**	**(6.233.755,67)**	**(17.230.632,80)**	**425.524.202,83**
Imóv., Edif. e Terrenos	441.842.971,85	411.595,88	–	(4.338.492,43)	445.769.868,40
Ajuste de Avaliação	(80.474.566,08)	–	(751.931,33)	(7.250.587,88)	(72.472.046,87)
Veículos	366.492,58	624.134,89	(722.101,89)	(180.946,59)	645.406,17
Móveis	4.028.011,64	962.923,21	(178.087,11)	(904.393,09)	4.147.568,63
Utensilios	849.014,67	336.116,29	(630.835,16)	(48.034,36)	1.191.767,90
Máq. e equipamentos	7.480.626,08	2.032.056,66	(764.595,61)	(1.139.432,81)	7.352.597,84
Comput. e periféricos	1.781.986,27	835.850,17	(127.440,06)	(549.314,67)	1.622.890,83
Biblioteca	438.698,22	102.300,06	(18.546,65)	(130.340,49)	485.285,30
Material didático e áudio visual	615.862,26	393.624,76	(56.034,26)	(338.960,35)	617.232,11
Instrumentos musicais	287.455,32	2.771,00	(10.350,09)	(29.780,44)	324.814,85
Instalações	5.525.814,41	1.482.543,03	(104.796,03)	(990.233,24)	5.138.300,65
Benfeit. em imóveis de Terceiros	33.434.623,73	12.251.115,64	(196.231,14)	(1.228.499,58)	22.608.238,81
Equipamentos de estação TV e rádio	2.175,90	–	(1.965,00)	1.137,77	3.003,13
Adiant. para imobiliz.	189.625,76	43.195,01	(3.057,70)	–	149.488,45
Constr. em processo	9.492.660,33	4.642.049,01	(2.667.783,64)	–	7.518.394,96
Móv. – com Restrição	12.434,04	–	–	(2.331,42)	14.765,46
Máq. e Equipamentos – com Restrição	266.519,60	–	–	(49.856,40)	316.376,00
Comput. e Periféricos – com Restrição	350,04	–	–	(42.566,82)	42.916,86
Mat. Didático e Audiovisual – com Restrição	39.333,35	–	–	(8.000,00)	47.333,35
Intangível	**152.278,79**	**7.015,00**	**(12.933,40)**	**(64.881,32)**	**223.078,51**
Direito de uso de software	152.278,79	7.015,00	(7.015,00)	(64.881,32)	217.160,11
Marcas e patentes	–		(5.918,40)		5.918,40
Total do Imobiliz. + Intangível	**426.332.368,76**	**24.127.290,61**	**(6.246.689,07)**	**(17.295.514,12)**	**425.747.281,34**

12. Subvenções e Convênios Públicos Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R2)) e Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) – São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1). A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Subvenção	**Concedente**	**2020**	**2019**
Coração Multiplicado – Bauru	Secr. Municipal Bem Estar Social	1.437.679,66	–
Universidade Sagrado Coração – Bauru	Ministério da Saúde	–	4.081,02
Total Federal		**1.437.679,66**	**4.081,02**
Movimentação Coração Multiplicado			
Coração Multiplicado	Secr. Municipal Bem Estar Social	65.332,34	57.031,88
Total Estadual		**65.332,34**	**57.031,88**
Movimentação Coração Multiplicado			
Coração Multiplicado	Secr. Municipal Bem Estar Social	259.882,16	1.411.741,20
Total Municipal		**259.882,16**	**1.411.741,20**
Total Deduzido conforme Termo Aditivo		**69.206,30**	**–**
Total Geral Recebido		**1.693.687,86**	**1.472.854,10**
(+) Saldo Anterior a Aplicar		**24.527,16**	**967.120,99**
(-) Saldo a Aplicar		**(294.003,41)**	**(24.527,16)**
(-) Valor Devolvido		**(24.544,19)**	**(971.202,01)**
Total Geral Aplicado		**1.399.667,42**	**1.444.245,92**

13. Provisão Passivos e Ativos Contingentes (Resolução CFC Nº 1.180/09 NBC TG 25 (R2)) – Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e judiciais (danos, trabalhistas e tributários) principalmente a contingência fiscal no processo nº 2003.61.00.003693-8, busca-se declaração de imunidade do PIS. Esta ação foi ajuizada em 30/01/2003, buscando a restituição do PIS pago no período de março de 1996 a dezembro de 2002. No dia 19/05/2009, foi publicada sentença de parcial procedência do pedido, declarando a imunidade e condenando a Requerida à devolução dos valores pagos nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Assim, foram interpostos recursos de apelação por ambas as partes. Através de seus recursos, respectivamente, a Requerida pretende desconstituir a declaração de imunidade e a Requerente almeja que seja declarado seu direito à restituição do que pagou a partir de março de 1996. Ao julgar os recursos, o TRF3 entendeu que a documentação juntada aos autos não era apta a comprovar o cumprimento dos requisitos elencados no artigo 14 do CTN, razão pela qual a Requerente não faria jus à imunidade tributária. Em 27/11/2018, foram protocolados embargos de declaração com efeitos infringentes contra essa decisão. No dia 10/10/19, o TRF3 acolheu os embargos para sanar a omissão apontada e reconhecer o preenchimento dos requisitos para gozo da imunidade. Destarte, em caráter infringente deu parcial provimento à apelação da autora, reconhecendo a prescrição decenal, limitada a 01/01/1995. Dessa decisão, a Requerente opôs embargos de declaração para sanar a omissão em relação à condenação do pagamento das custas e honorários advocatícios, anteriormente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais foram rejeitados em 28/10/2020. Com trânsito em julgado, certificado em 06/11/2020 restou declarado: (i) o direito a não recolher o PIS (efeito prospectivos); (ii) o direito a buscar o que recolheu a este título nos 10 anos anteriores ao ajuizamento; (iii) bem como a condenação da UF na verba honorária em 10% sobre o valor da causa (inversão do ônus sucumbencial). Em 07/12/2020, apresentamos cumprimento de sentença no valor de R$4.479.025,44, a título de restituição do PIS e custas processuais.

Código Contábil	**Rubrica Contábil**	**2020**	**2019**
1059 – 11059 – 31059	Contingências por Danos	111.407,92	403.123,27
1060 – 11060	Contingências Trabalhistas	4.139.780,36	5.231.997,97
1058 – 11058	Contingências Fiscais	5.594,23	9.678.382,61
27246 – 30139	Contingência	228.146,88	38.146,88
Total		**4.484.929,39**	**15.351.650,73**

14. Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado, e os ajustes de exercícios anteriores. **a)** Ajuste de avaliação patrimonial: Conforme avaliação realizada por peritos, o ajuste de avaliação patrimonial de acordo com o laudo é composto pela avaliação de terrenos, imóveis e edificações a valor justo, sendo realizado contra o Patrimônio Social. **b)** Foram escriturados no Patrimônio Social, como Ajustes de Exercícios de forma retrospectiva provocados por erro imputável a exercício anteriores ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade, após criteriosa conferência, onde não foi possível identificar o exercício que originou este ajuste, tornando-se impraticável a reapresentação de Demonstrações Contábeis anteriores, em conformidade com o item 50 da Resolução CFC nº 1.179/09 que aprovou a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **15. Resultado do Período** – O déficit do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15, onde se trata que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **16. Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais** – A Entidade atende o artigo 13 e 13 A da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/2014 e atinge os números de bolsa quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir:

Demonstrativo de Proporção 1/9 e 1/5	**Ensino Superior**
Total de Alunos Matriculados em Dezembro/2020	**4.224**
(-) Bolsistas integrais 100% Lei 12.101/09	13
(-) Outras bolsas integrais 100% – Convenção coletiva	46
(-) Bolsistas integrais 100% Prouni	776
(-) Bolsistas integrais 100% Institucionais	7
Total de Alunos Pagantes em Dez/2020	**3.382**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Artigo 13, § 1o Inc. I)	376
Bolsas integrais consideradas para cumprimento 1 x 9 – Educação Superior Prouni	776
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 5 (Artigo 13 A da Lei 12.101/09 – Superior COM Prouni)	**676**
Cumprimento 1x5 – Educação Superior	
Bolsistas parciais (50%) – Prouni	104
Bolsistas integrais (100%) – Prouni	776
Bolsistas integrais (100%) – Lei 12.101/09	13
Total de Bolsas Integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (inciso II do § 1o do artigo 13 e 13 A) em Dez/2020	**841**
Excedente de bolsas da entidade em Dez/2020	**165**

Tendo em vista a obrigação prevista no artigo 13A § 2º da Lei nº Federal 12.101/09, que as Entidades que atuam com Educação Superior, devem conceder no mínimo, uma bolsa de estudo integral no âmbito do Prouni, para cada 9 (nove) alunos pagantes, demonstramos no quadro abaixo que a Entidade cumpre efetivamente o 1 x 9 somente com bolsas integrais no Prouni:

Quadro Cumprimento 1 x 9 – Superior	**Ensino Superior**
Total de Alunos Matriculados em Dez/2020	**4.224**
(-) Bolsistas integrais (100%) – Prouni	776
(-) Outras bolsas integrais (100%) – convenção coletiva e institucionais	53
(-) Bolsistas integrais (100%) – Lei 12.101/09	13
Total de Alunos Pagantes em Dez/2020	**3.382**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9	376
Alunos bolsistas integrais 100% Prouni considerados para cumprimento 1x9	776
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9	**400**

Ressalta-se que as bolsas de estudo integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do artigo 14 da Lei nº 12.101/09. **17. Obrigações da Educação para fins de Cebas – a) Cadastro nos sistemas de informação:** Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/09 alterada pelo Lei nº 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/14, artigo 41, a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/). Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal nº 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Superior E-MEC. Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP. **b) Plano Nacional de Educação:** Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação – PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida e como consequência por elas regulamentadas. Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei nº 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/14 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal. **c) Análise do perfil socioeconômico:** O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais. **18. Adequação das Receitas com as Despesas com Pessoal – Nível Superior** – O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus aplicou 55,86% de sua Receita de Anuidades Escolares em Despesas com Pessoal, conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da Demonstração do Resultado do Período de 2020) conforme parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação e conforme determina a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 27 letra "j".

	2020	**2019**
Receita de Anuidades Escolares de Nível Superior	54.711.714,91	62.860.306,49
Custos e Despesas com Pessoal de Nível Superior	30.563.365,94	34.283.503,49
Percentual de adequação (Vl. Despesa ÷ Vl. Receita)	55,86%	54,54%

19. Outras Receitas Escolares	**2020**	**2019**
Cursos livres e diversos	349.557,05	7.009.395,57
Outras taxas	544.334,51	1.446.793,97
Total	**893.891,56**	**8.456.189,54**

20. Receitas com doações e promoções	**2020**	**2019**
Doações recebidas de pessoas físicas	5.488.493,64	1.757.996,43
Doações recebidas de pessoas jurídicas	173.383,27	1.623.771,30
Sub-total	**5.661.876,91**	**3.381.767,73**
Promoções	18.865,20	957.638,46
Total – Doações e promoções	**5.680.742,11**	**4.339.406,19**

21. Contribuições Sociais Usufruídas (Isentas) – Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 Entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante do período que não é recolhido.

Contribuições Sociais Usufruídas	**2020**	**2019**
INSS Patronal	8.051.808,91	21.420.161,60
COFINS	1.781.865,29	4.897.427,97
Total	**9.833.674,20**	**26.317.589,57**

22. Outras Receitas – Refere-se a ganhos judiciais, reversão de provisões e recuperação de despesas.

Outras Receitas	**2020**	**2019**
Educacional	**9.881.355,41**	**8.816.771,27**
Ganhos Judiciais	139.973,46	–
Outras Receitas	349.550,10	567.824,19
Reversão da Estimativa de Crédito de Liquidação Duvidosa	7.366.311,19	7.383.507,19
Reversão de Contingências	1.444.244,82	183.052,48
Despesas Recuperadas	581.275,84	682.387,41
Instituto	**10.514.804,91**	**544.188,22**
Outras Receitas	196.655,42	235.874,80
Reversão de Contingências	10.093.705,28	16.224,15
Convênio de Cooperação Técnica	93.166,64	150.000,00
Despesas Recuperadas	131.277,57	142.089,27
Assistência Social	**4.547,48**	**31.887,28**
Outras Receitas	1.220,00	22.380,00
Reversão de Contingências	44,07	2.958,12
Despesas Recuperadas	3.283,41	6.549,16
Mercantil	**15.232,65**	**18.899,83**
Outras Receitas	100,00	1.040,14
Reversão de Contingências	8.484,66	–
Despesas Recuperadas	6.647,99	17.859,69
Total	**20.415.940,45**	**9.411.746,60**

23. Trabalho Voluntário – Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com importante participação em várias ações realizadas pelas Entidades. A Entidade reconheceu em sua contabilidade, no período de janeiro a dezembro de 2020, os serviços dos membros de sua diretoria como trabalho voluntário. **24. Formalização dos Projetos Sociais – Assistência Social** – O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Serviço Socioassistencial: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura, público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. Os projetos desenvolvidos pelo Instituto estão devidamente tipificados de acordo com a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 foram reconhecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, como Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, bem como, ações de apoio social e inclusão produtiva. Os valores dos recursos aplicados e projetos estão demonstrados abaixo:

	Público Alvo	**Nº De pessoas Atendidas**	**Recursos Aplicados Subvenções**	**Recursos Aplicados Próprios**	**Total Aplicado**
Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes					
34 – Serviço de Conv. E Fort.de Vínculos para Crianças e Adolescentes – Municipal (Rede Básica)	Crianças e adolescentes na faixa etária de 05 anos e 6 meses a 14 anos e 11 meses, moradoras dos bairos Ferradura Mirim e Otavio Rasi.	155 (mensal)	461.361,79	6.036,01	467.397,80
34 – Serviço de Conv. E Fort.de Vínculos para Crianças e Adolescentes -Estadual (Rede Básica)	Crianças e adolescentes na faixa etária de 05 anos e 6 meses a 14 anos e 11 meses, moradoras dos bairos Ferradura Mirim e Otavio Rasi.		32.583,74	426,70	33.010,44
Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para idosos					
34 – Serviço de Conv. E Fort.de Vínculos para Idosos – Municipal (Rede Básica)	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, em situação de vunerabilidade social.	130 (mensal)	219.438,35	2.871,50	222.309,85
Proteção Social Especial – Serviço de Proteção especial para pessoas com deficiencia, idosos e suas famílias					
34 – Serviço de Proteção Social

Publicidade Legal

... continuação

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

34 – Programa de Apoio Social – Estadual (Rede Básica)	Famílias em situação de vunerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação, residentes nos territórios de abrangência dos CRAS		8.366,40	109,88	8.476,28
34 – Serviço de Inclusão Produtiva – Municipal – (Rede Básica)	Usuários de 16 anos, provenientes de famílias prioritariamente beneficiárias dos programas de transferência de renda, encaminhadas preferencialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	170 (mensal)	231.069,89	3.023,50	234.093,39
Total dos custos e depesas da Assistência Social			**1.399.667,42**	**18.313,15**	**1.417.980,57**

Ir. Márcia Cidreira – Presidente – CPF 088.707.678-50
Prof. Dra. Ir. Adelir Weber – Ecônoma – CPF 718.663.709-44
Paulo Henrique Navarro Marchioro Ribeiro – Contador CRC 1SP 254.244/0-1 – CPF 220.300.208-50

25. Cobertura de Seguros – Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **26. Atividade Mercantil** – Visando fomentar recursos para o desenvolvimento dos objetivos sociais, a Entidade mantém atividades geradoras de recursos no âmbito da educação, trata-se de venda de produtos nas cantinas escolares e venda de materiais pedagógicos e uniformes nas lojas. Estas atividades estão devidamente segregadas contabilmente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1). **27. Evento Subsequente** – No dia 29/01/2021 ocorrerá através de Procedimento de Desmembramento/Cisão Parcial do INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – CNPJ: 61.015.087/0001-65, por Cessão das Atividades e transferência de suas Unidades Filiais com Fins Religiosos a favor da ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA ASCJ PROVINCIA BRASILEIRA SP que será originada a partir desta cisão parcial, acompanhada de seus bens, seus direitos e suas obrigações.
São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demostrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo-SP, 26 de fevereiro de 2021.

Audisa Auditores Associados – CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior – Contador CRC/RS "S"-SP – 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

IPS Empreendimentos S/A

CNPJ/MF nº 03.140.367/0001-07

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em R$)*

Balanço Patrimonial

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Circulante	**8.095.821,13 D**	**7.141.295,48 D**
Disponível	**2.068.943,64 D**	**2.505.168,28 D**
Caixa e bancos	435.941,60 D	186.034,69 D
Aplicacoes de liquidez imediata	1.633.002,04 D	2.319.133,59 D
Realizável a curto prazo	**6.026.877,49 D**	**4.636.127,20 D**
Adiantamentos	787.538,77 D	936.222,31 D
Impostos a recuperar	709,22 D	9,21 D
Processos judiciais	42.574,11 D	22.868,83 D
Estoque mercadorias Revenda	11.607,87 D	10.170,22 D
Aluguel a receber	3.572.482,57 D	2.784.643,35 D
Duplicatas a receber	203.759,90 D	36.524,19 D
Valores a receber	932.514,70 D	630.974,70 D
Deposito caução/deposito judicial	10.485,83 D	10.485,83 D
Despesas do exercicio seguinte	4.770,41 D	5.196,23 D
Cartões credito a receber	460.434,11 D	199.032,33 D
Não circulante	**26.566.357,53 D**	**26.579.480,13 D**
Realizavel a longo prazo	**3.119.087,72 D**	**3.498.917,83 D**
Investimentos em sociedade conta participação	217.694,33 D	180.573,61 D
Depositos judiciais	22.397,74 D	22.397,74 D
Aluguel processo judicial	1.929.244,14 D	2.363.678,52 D
C.D.U. Processo judicial	147.411,63 D	147.411,63 D
Títulos a receber – CDU	802.339,88 D	784.856,33 D
Imobilizado	**23.447.269,81 D**	**23.080.562,30 D**
Bens em operação	38.359.259,48 D	36.423.006,46 D
Depreciação, amortização e exaustão acumulados	(14.911.989,67) C	(13.342.444,16) C
Total do ativo	34.662.178,66 D	33.720.775,61 D
Passivo/Circulante	**4.583.566,35 C**	**3.557.240,57 C**
Fornecedores	186.572,46 C	149.447,57 C
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais	91.337,14 C	70.316,96 C
Obrigações tributárias	601.293,94 C	445.250,06 C
Contas a pagar	76.272,37 C	49.340,84 C
Adiantamento de clientes	55.607,87 C	57.095,96 C
Cheques a compensar	– C	1.145,83 C
Receitas de aluguel diferidas	3.572.482,57 C	2.784.643,35 C
Não circulante	**2.878.995,65 C**	**3.295.946,48 C**
Receitas diferidas	**2.878.995,65 C**	**3.295.946,48 C**
Receitas C.D.U.	**802.339,88 C**	**784.856,33 C**
C.D.U. Processo judicial	147.411,63 C	147.411,63 C
Receita aluguel – processo judicial	1.929.244,14 C	2.363.678,52 C
Patrimonio liquido	**27.199.616,66 C**	**26.867.588,56 C**
Capital social: Subscrito e realizado	20.000.000,00 C	20.000.000,00 C
Reservas de capital	**7.199.616,66 C**	**6.867.588,56 C**
Legal	926.802,15 C	926.802,15 C
Reserva de lucros	6.272.814,51 C	5.940.786,41 C
Total do passivo	**34.662.178,66 C**	**33.720.775,61 C**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**20.000.000,00**	**926.802,15**	**5.940.786,41**	**26.867.588,56**
Aumentos e realizacao de capital: Lucro líquido do exercício	–	–	10.033.028,12	10.033.028,12
Proposta da administração de destinação do lucro: Dividendos a distribuir	–	–	(9.701.000,02)	(9.701.000,02)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**20.000.000,00**	**926.802,15**	**6.272.814,51**	**27.199.616,66**

Demonstrativo Resultado

Receita operacional	Ano 2018	Ano 2017
Receita operacional bruta		
Receita com C.D.U.	380.392,89 C	104.789,29 C
Receita de aluguel	13.211.438,58 C	12.150.174,48 C
Receita serviços hotelaria	4.788.213,01 C	3.709.518,27 C
Receita venda mercadorias	692.949,04 C	622.448,40 C
Total receita operacional bruta	**19.072.993,52 C**	**16.586.930,44 C**
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	809.675,79 D	694.948,14 D
Devolução de aluguel	– D	5.163,72 D
Total de deduções da receita bruta	**809.675,79 D**	**700.111,86 D**
Receita operacional líquida	**18.263.317,73 C**	**15.886.818,58 C**
Custo das vendas		
Custo das mercadorias vendidas	281.030,68 D	274.774,31 D
Resultado operacional bruto	17.982.287,05 C	15.612.044,27 C
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	8.049.826,27 D	8.455.631,53 D
Despesas financeiras	19.402,02 D	15.723,19 D
Impostos, taxas e contribuições	55.166,23 D	61.302,35 D
Despesas não dedutíveis	8.869,80 D	937,26 D
Total despesas operacionais	**8.133.264,32 D**	**8.533.594,33 D**
Outras receitas e despesas operacionais		
Receitas financeiras	385.923,08 C	196.707,85 C
Equivalencia patrimonial positiva	1.917.120,72 C	1.914.364,79 C
Total outras receitas e despesas operacionais	**2.303.043,80 C**	**2.111.072,64 C**
Lucro operacional	12.152.066,53 C	9.189.522,58 C
Receitas e despesas não operacionais		
Bonificações	224,42 C	3.415,94 C
Receitas eventuais	13.816,65 C	11.472,66 C
Resultado não operacional	**14.041,07 C**	**14.888,60 C**
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	12.166.107,60 C	9.204.411,18 C
Provisão para imposto de renda	1.560.253,57 D	1.318.093,53 D
Provisão para contribuição social	572.825,91 D	485.394,49 D
Lucro líquido do exercício	10.033.028,12 C	7.400.923,16 C
Lucro por ação em R$	**5,01651406** C	**3,70046158** C

Demonstração do Fluxo de Caixa – Metodo Indireto

Fluxo de Caixa Originados de:	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de Caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercicio/Periodo	**10.033.028,12**	**7.400.923,16**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
(+) Depreciação e amortização	1.569.545,51	1.621.499,94
(-) Equivalencia Patrimonial Positiva	(1.917.120,72)	(1.914.364,79)
Ajustes Variações nos Ativos e Passivos		
(-) Aumento em Contas a Receber	(601.473,42)	–
(+) Redução em Contas a Receber	–	500.887,97
(-) Aumento de Estoques	(1.437,65)	(7.597,23)
(+) Aumento em Fornecedores	37.124,89	
(-) Redução em Fornecedores	–	(68.410,66)
(+) Aumento em Contas a Pagar e Provisões	49.947,94	–
(-) Redução em Contas a Pagar e Provisões	–	(374.938,56)
(+) Aumento no IRPJ e Contribuição Social	151.413,73	13.430,13
Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	**9.321.028,40**	**7.171.429,96**
Fluxos de Caixa das atividades de Investimentos		
(-) Compras de Imobilizado	(1.936.253,02)	(128.222,85)
(+) Lucro Recebido Sociedade em Conta de Participação	1.880.000,00	1.867.136,03
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas atividades de investimentos	**(56.253,02)**	**1.738.913,18**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
(-) Pagamento de Lucros e dividendos	(9.701.000,02)	(7.890.000,00)
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas atividades de financiamentos	**(9.701.000,02)**	**(7.890.000,00)**
Redução nas Disponibilidades		
Aumento nas Disponibilidades		**1.020.343,14**
Diminuição nas disponibilidades	**(436.224,64)**	–
No inicio do período	**2.505.168,28**	**1.484.825,14**
No final do período	**2.068.943,64**	**2.505.168,28**

Notas Explicativas

1. Sumário das Práticas Contábeis – a) Ativo Imobilizado está registrado ao custo de aquisição. b) As depreciações foram calculadas com base nas taxas legais, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária. c) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, são provisionados no exercício, pelo regime de caixa, pelo valor bruto, usando o critério do lucro presumido para sua apuração. **2. Capital** – O Capital Social é de R$ 20.000.000,00 dividido em 2.000.000 ações ordinárias de R$ 10,00 cada uma, totalmente integralizado.

Diretoria: **Clara Vivian Orni** **Juliana Rodrigues de Arruda Baccarrelli D'Elia** **Reinaldo Christofoletti** – TC CRC 1SP 141.323/O-7

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6733
Dólar (EUA) - 5,6936
Franco (Suíça) - 6,1699
Iene (Japão) - 0,05227
Libra (Inglaterra) - 7,8515
Peso (Argentina) - 0,06144
Peso (Chile) - 0,00804
Peso (México) - 0,2838
Peso (Uruguai) - 0,1286
Yuan (China) - 0,8720
Rublo (Rússia) - 0,07529
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,8187

Juros caem alinhados a uma melhora do câmbio e com apetite ao risco no exterior

Os juros fecharam a quarta-feira em queda, favorecida pelo apetite ao risco visto no mercado de moedas emergentes, especialmente após declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, no período tarde, e, internamente, reforço na sinalização do Banco Central sobre o plano de voo para a política monetária. Os agentes seguem à espera de novidades da área fiscal, sobretudo no tocante ao Orçamento, com alguma expectativa também de mudança na chamada PEC "fura-teto", após a reação fortemente negativa à ideia.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou a sessão regular em 4,735%, de 4,792% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 8,396% para 8,30%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa em 8,95%, após terminar a terça-feira em 9,025% no maior nível desde março do ano passado.

Os DIs já recuavam no começo do dia, repercutindo declarações de presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na terça à noite. "Ele reforçou que uma nova alta de 0,75 ponto da Selic já está contratada e que o câmbio em si não é o motivo para subir juro", afirmou o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Camargo Rosa. Mas, ainda pela manhã, chegaram a zerar a queda e ensaiar alta, após o presidente Jair Bolsonaro dizer que aguarda "uma sinalização do povo" para "tomar providências" a respeito das consequências econômicas causadas pela pandemia da covid-19. "Estávamos bem pela manhã, mas aí vieram essas palavras mais fortes, esse tom mais bélico, para estressar o mercado", afirmou o gestor de renda fixa da Sicredi Asset, Cassio Andrade Xavier.

No entanto, como tem sido a tônica recente, a queda das taxas continua a ser tratada como movimento pontual, sem qualquer mudança de tendência enquanto perdurarem as incertezas fiscais. IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:07:12

Odebrecht TransPort S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração, referente a 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Odebrecht Transport S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31/12/2020. **Mensagem da Administração:** Durante o ano de 2020, a Administração da OTP permaneceu empenhada na busca pela sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais *stakeholders*, por meio do programa de desmobilizações de ativos e das renegociações de suas dívidas. Conforme o amplamente divulgado, a conjuntura econômica em 2020 foi bastante afetada pela pandemia da COVID-19. O PIB do País apresentou uma queda de 4,1% frente a 2019, principalmente em função da paralisação total ou parcial de diversas atividades econômicas para controle da disseminação do vírus. Nesse contexto, a Companhia tem acompanhando, em conjunto com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia e adotando as medidas necessárias com foco na saúde das pessoas, manutenção de empregos e na continuidade das suas operações. Apesar do cenário adverso, a companhia continuou com seu processo organizado de desmobilização de ativos da OTP, e concluiu com êxito a Cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 Metrô de São Paulo para o Grupo espanhol Acciona o que possibilitou o recebimento da primeira das quatro parcelas relativas ao crédito detido frente à Concessionária Move São Paulo S/A ("Move São Paulo"), no valor de R$ 212 milhões (parcela OTP), além de evitar o aporte de recursos pelos acionistas para a manutenção das atividades da Move São Paulo. Houve, ainda, a continuidade das negociações para a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Bahia Norte ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota do Atlântico ("CRC"), localizadas na região Nordeste do país, tendo sido assinados contratos de compra e venda em fevereiro de 2020, sujeitas a determinadas condições precedentes. A Administração da OTP tem a expectativa de cumprir tais condições de compra e venda durante o primeiro semestre de 2021. Em 2020, teve avanço o processo de resilição iniciado em 2019 do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE, arrendado pela controlada Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia") com a publicação da Medida Cautelar administrativa em 14/08/2020, que determinou a entrega da área arrendada à Autoridade Portuária. Nesse contexto, em 21/08/2020, foi formalizada a entrega da área para SUAPE, sendo as obrigações contratuais do contrato de arrendamento suspensas. A conclusão do processo de resilição está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021. A Administração não espera perdas patrimoniais e financeiras significativas neste processo de resilição tendo em vista que o pedido considera a indenização dos investimentos realizados na implantação do Terminal que farão frente à quase totalidade dos passivos da Agrovia. Tendo em vista a anulação do processo licitatório, o Contrato de Concessão para a exploração do Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte não foi assinado. Desse modo, em fevereiro de 2021, foram obtidas as aprovações necessárias à submissão para deliberação pela dissolução da Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH"), prevista para acontecer no primeiro semestre 2021. A Administração permanece avaliando o encerramento da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT-GO"), uma vez que não há expectativa de avanços do projeto. No âmbito das renegociações das dívidas corporativas, a Companhia tem conseguido postergar seus vencimentos, de modo a permitir a compatibilização das desmobilizações estruturadas dos Ativos com o levantamento dos recursos necessários para fazerem frente a essas dívidas, evitando, assim, potenciais execuções judiciais disruptivas para a Companhia. Nesse sentido, a renegociação das dívidas corporativas, no valor total de R$ 876 milhões e do empréstimo-ponte contratado pela Concessionária Rota do Oeste ("CRO") junto a certos credores, continua sendo uma prioridade para a Administração da OTP. Nesse contexto, em fevereiro de 2020, os bancos fiadores da CRO, Banco do Brasil S.A., Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Pine S.A., Banco ABC Brasil S.A. e ING Bank NV ("Credores"), realizaram o pagamento de R$ 639 milhões ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações do contrato de financiamento, que os qualificou como credores da CRO. Em dezembro de 2020, após diversas tentativas de acordo para renovação do Empréstimo Ponte da CRO com a Caixa Econômica Federal ("CEF"), foi iniciado um processo de execução da dívida pela CEF, a qual resgatou os recursos aplicados pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R$ 118 milhões. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi suspenso. Nesse contexto, os demais Credores e a CEF iniciaram tratativas para definir a melhor alternativa à equalização e reescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender os interesses dessas instituições financeiras, preservando, ao mesmo tempo, a necessária continuidade das operações da concessão. Tais negociações deverão ser formalizadas por meio de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF. Também como esforço relevante da readequação das suas obrigações de investimentos, e exercício da boa prática de governança corporativa, a Administração da CRO está em negociação junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") para buscar o reperfilamento das obrigações de investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial, das obras de duplicação e melhorias, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), a ser formalizado com a ANTT. Até a obtenção dos resultados dos referidos esforços, a Administração da CRO vem efetuando um rigoroso controle e gestão dos recursos provenientes das suas operações de pedágio e acessórias para a adequada operacionalização e funcionamento da Rodovia, com apresentação de excelentes indicadores operacionais e de qualidade. **Rentabilidade:** Apesar dos impactos da pandemia, o Grupo teve um incremento de 5% em suas receitas líquidas, gerado pelas receitas operacionais da sua controlada CRO, sendo R$ 526 milhões em 2020 e R$ 501 milhões em 2019 e obteve uma melhora no EBITDA (2020: R$ 242 milhões | 2019: R$ 158 milhões) impulsionada pela incremento das suas receitas e pela redução dos seus custos e despesas.

Receita (em milhares de reais)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
Receitas de Pedágio	455.362	441.113	3%
Receitas Acessórias e Outras	4.922	6.350	(23%)
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	103.684	90.625	14%
Receita Bruta	**563.968**	**538.085**	**5%**
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(38.319)	(37.398)	3%
Outras deduções	(26)	(18)	44%
Receita Líquida	**525.623**	**500.669**	**5%**

O crescimento das Receitas de Pedágio deu-se, sobretudo, pelo aumento de 2% dos veículos equivalentes pagantes (VEP) da CRO, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A Receita de Construção ICPC 01 (R1) obteve um aumento de 14% devido a retomada parcial dos investimentos realizados pela CRO. **Governança Corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as boas práticas do mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo o relacionamento com os seus *stakeholders*. A estrutura inclui, além da Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e 4 Comitês Consultivos ao Conselho de Administração, sendo eles: (i) Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) Comitê de Conformidade; (iii) Comitê de Pessoas e Organização; e (iv) Comitê de Partes Relacionadas. O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 11 membros titulares, sendo 2 membros independentes, onde 1 membro independente, compõe as 4 indicações pelos Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR). Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas e Estatuto Social da Companhia, para cumprir mandato de 1 ano, com possibilidade de reeleição. Os Comitês Consultivos são integrados por membros do Conselho de Administração, sejam eles titulares ou suplentes. Atualmente, os referidos Comitês possuem somente conselheiros titulares em sua composição. **Compliance:** A OTP tem envidado esforços contínuos na manutenção e aprimoramento do seu Programa de Conformidade, tanto na Holding como em suas empresas investidas. Em 2020, foi finalizado o processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras, com a certificação emitida em novembro de 2020. Ao longo do ano, foram realizadas diversas ações dentro do Programa de Conformidade, merecendo destaque: i) a divulgação de 2 novas diretrizes e revisão das 25 existentes; (ii) a realização de 13 treinamentos, em mais de 35 sessões presenciais (pré-pandemia) e online; (iii) a realização de 20 campanhas de reforço e conscientização, com a veiculação de mais de 185 peças de comunicação; (iv) a realização de 800 análises reputacionais de terceiros; (v) o monitoramento de riscos corporativos, operacionais, financeiros e de integridade; e (vi) o endereçamento de mais de 60 recomendações decorrentes de auditorias internas e externa. No Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais Colaboradores possam, de forma segura e responsável, comunicar irregularidades e contribuir com informações para a manutenção de ambientes corporativos seguros, éticos, transparentes e produtivos), foram recebidos 203 relatos, sendo 28% identificados, tendo sido apurados e finalizados 172, os quais resultaram em 31 medidas disciplinares, incluindo 7 desligamentos. **Pessoas:** A OTP e suas investidas fecharam o ano com um efetivo de 1.828 colaboradores, mesmo patamar de 2019. Ao longo do exercício 2020, o *turnover* de pessoas foi baixo, uma vez que as estruturas em 2019 já estavam dimensionadas para as necessidades de 2020. Em função dos impactos sociais e econômicos da pandemia do COVID-19, houve uma atuação ainda mais participativa da área de Pessoas & Organização das Empresas, com ajuda das lideranças diretas, junto aos Integrantes da OTP. A redução gradativa das estruturas administrativas e do número de Integrantes reflete o processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo de forma ordenada, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos. **Segurança, Saúde e Meio Ambiente ("SSTMA"):** No âmbito de SSTMA, foram realizados 6.663 mil HHT, representando uma queda de 2,8% em relação a 2019, sem registros de acidentes fatais envolvendo Integrantes e Subcontratados, nem ocorrências de condenações, pelos órgãos governamentais, por incumprimento da legislação ambiental. Os indicadores de acompanhamento situaram-se abaixo das metas previstas para o exercício. Na área da Saúde, com o advento do COVID-19, foram implementadas nas operações da OTP medidas de prevenção (testagem rápida/sorologia IGC-IGM, adoção do *home office,* comunicação e divulgação de procedimentos específicos sobre o tema, afastamento das pessoas identificadas como grupo de risco, entre outros) e controle do contágio do vírus (acompanhamento médico dos Integrantes e Subcontratados afastados do trabalho por estarem infectados), além de campanhas de conscientização direcionadas aos Integrantes, Subcontratados e Usuários dos serviços prestados pela OTP. Foi registrado o falecimento de um Subcontratado da OTP, causado pelo COVID-19. Quanto aos acidentes com Usuários das rodovias nos ativos da OTP, houve um incremento de 3,9% em relação a 2019, tendo sido registrado um incremento de 14% no número de óbitos. Neste ano, principalmente na Concessionária Rota do Oeste (CRO), as grandes queimadas ocorridas no entorno das rodovias, durante os meses de julho a setembro, produziram um elevado número de acidentes. As concessionárias rodoviárias têm intensificado as campanhas educativas, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, por meio de painéis eletrônicos fixos e móveis, com o objetivo de conscientizar os Usuários sobre a necessidade de uma direção segura nas rodovias.

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.711	20.590	99.670	42.578
Aplicações financeiras	7	–	–	–	81.420
Contas a receber	8	–	–	19.997	15.541
Demais contas a receber	9	36.639	–	64.257	–
Tributos a recuperar	–	2.541	6.981	13.485	18.499
Despesas antecipadas	–	147	1.197	6.041	7.315
Outros ativos	–	4.933	3.587	5.939	4.342
		70.971	32.355	209.389	169.695
Ativos não circulante mantidos para negociação	11	–	–	129.885	122.524
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo		131.291	199.450	299.879	428.615
Aplicações financeiras	7	–	–	130.349	143.458
Demais contas a receber	9	73.278	–	128.514	–
Partes relacionadas	10	58.013	199.450	–	242.684
Depósitos judiciais	18	–	–	1.344	365
IRPJ e CSLL diferidos	17	–	–	28.473	30.953
Outros ativos	–	–	–	11.199	11.155
Investimentos	12	757.501	782.798	92.865	119.986
Imobilizado	13	24.324	28.446	82.020	90.621
Intangível	14	–	–	1.892.178	1.843.270
		913.116	1.010.694	2.366.942	2.482.492
Total do ativo		984.087	1.043.049	2.706.216	2.774.711

Passivo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	876.255	836.018	1.867.637	1.889.086
Fornecedores		2.816	2.478	113.107	91.877
Obrigações sociais e trabalhistas		258	1.175	16.552	16.163
Impostos, taxas e contribuições sociais		378	148	10.414	6.112
Arrendamento mercantil operacional	16	3.363	3.363	11.800	17.034
Outros passivos		6.247	1.325	13.265	6.606
		889.317	844.507	2.032.775	2.026.878
Passivos relacionados a ativos não circulante mantidos para negociação	11	–	–	48.219	45.698
Passivo não circulante					
Fornecedores		–	–	2.788	1.225
Arrendamento mercantil operacional	16	19.164	21.342	21.340	30.946
Partes relacionadas	10	33.752	29.718	33.752	29.718
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	18	–	–	5.661	5.960
Provisão para conserva especial	20	–	–	105.194	121.890
Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	19	–	–	354.515	310.006
Outros passivos		–	–	14.552	11.661
		52.916	51.060	537.802	511.406
Total do passivo		942.233	895.567	2.618.796	2.583.982
Patrimônio líquido	21				
Capital social		1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial		(44.075)	(43.893)	(44.075)	(43.893)
Prejuízos acumulados		(2.146.267)	(2.040.821)	(2.146.267)	(2.040.821)
		41.854	147.482	41.854	147.482
Participação dos acionistas não controladores		–	–	35.711	33.769
Participação dos acionistas não controladores em ativos mantidos para negociação		–	–	9.855	9.478
Total do passivo e patrimônio líquido		984.087	1.043.049	2.706.216	2.774.711

Demonstrações dos Resultados

Operações continuadas	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida	22	–	–	525.623	500.669
Custos de construção	23	–	–	(103.684)	(90.622)
Custos dos serviços prestados	24	–	–	(159.943)	(176.194)
Lucro bruto		–	–	261.996	233.853
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	12 (b)	(25.523)	(178.953)	–	–
Gerais e administrativas	24	(27.158)	(34.110)	(69.999)	(92.434)
Outras receitas e despesas, líquidas	24	869	(1.957)	(10.751)	(35.915)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		(51.812)	(215.020)	181.246	105.504
Resultado de participações societárias	–	–	–	(80.282)	(79.006)
Resultado financeiro, líquido	25	(40.827)	(64.617)	(190.087)	(361.064)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		(92.639)	(279.637)	(89.123)	(334.566)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	17	–	–	(7.839)	2.367
Prejuízo das operações continuadas		(92.639)	(279.637)	(96.962)	(332.199)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	11	(12.807)	(41.648)	(7.481)	(21.290)
Prejuízo líquido do exercício		(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.489)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		–	–	(105.446)	(321.285)
Participação dos não controladores		–	–	1.483	(31.327)
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação		–	–	(480)	(877)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(104.443)	(353.489)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$)	26	(0,49)	(1,50)		

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.489)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	–	–	–	(1)
Total do resultado abrangente do exercício	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.490)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(105.446)	(321.285)	(105.446)	(321.285)
Participação dos não controladores	–	–	1.003	(32.205)
	(105.446)	(321.285)	(104.443)	(353.490)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(92.639)	(279.637)	(91.156)	(310.965)
Nos ativos mantidos para negociação	(12.807)	(41.648)	(13.287)	(42.525)
Resultado abrangente do exercício	**(105.446)**	**(321.285)**	**(104.443)**	**(353.490)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora: Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**1.610.713**	**621.483**	**(42.669)**	**(1.719.529)**	**469.998**	**635.970**	**1.105.968**
Prejuízo do exercício das operações continuadas		–	–	–	(279.637)	**(279.637)**	(31.327)	**(310.964)**
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação		–	–	–	(41.648)	**(41.648)**	(877)	**(42.525)**
Outros resultados abrangentes		–	–	–	(7)	**(7)**	–	**(7)**
Ajuste de conversão de investidas no exterior		–	–	–	–	**–**	(1)	**(1)**
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**(321.292)**	**(321.292)**	**(32.205)**	**(353.497)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas		–	–	(1.224)	–	**(1.224)**	(597)	(1.821)
Participação de acionistas não controladores em investimentos alienados		–	–	–	–	–	(559.921)	(559.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.610.713**	**621.483**	**(43.893)**	**(2.040.821)**	**147.482**	**43.247**	**190.729**
Prejuízo do exercício das operações continuadas		–	–	–	(92.639)	**(92.639)**	1.483	**(91.156)**
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação		–	–	–	(12.807)	**(12.807)**	(480)	**(13.287)**
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**(105.446)**	**(105.446)**	**1.003**	**(104.443)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas	21 (b)	–	–	(182)	–	(182)	182	–
Aporte de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	1.150	1.150
Outras transações com não controladores		–	–	–	–	–	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.610.713**	**621.483**	**(44.075)**	**(2.146.267)**	**41.854**	**45.566**	**87.420**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(92.639)	(279.637)	(89.123)	(334.566)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e da CSLL dos ativos mantidos para negociação	(12.807)	(41.648)	(6.660)	(21.504)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Resultado de participações societárias	25.523	178.953	80.282	79.006
Depreciação e amortização	4.122	3.243	56.936	52.223
Ajuste a valor presente	1.218	1.089	1.603	7.067
Juros e variações monetárias, líquidos	33.492	60.902	179.564	342.779
Resultado com alteração de participação societária	–	–	7.158	18.680
Provisão para conserva	–	–	(15.881)	14.894
Impairment de outros ativos	–	–	3.952	–
Outros	4.205	3.176	597	23.211
Prejuízo ajustado das operações	(24.079)	(32.274)	225.088	203.294
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício dos ativos mantidos para negociação	5.541	190.759	6.812	239.885
Lucro ajustado dos ativos mantidos para distribuição aos proprietários	(7.266)	149.111	152	218.381
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(4.456)	–
Demais contas a receber	37.525	–	64.948	15.806
Tributos a recuperar	4.440	16.122	5.014	7.731
Outros ativos	(296)	(754)	(1.346)	585
Fornecedores	338	(290)	19.790	(6.546)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(687)	(22.407)	(5.132)	(24.655)
Outros passivos	4.922	5	5.066	(1.303)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	46.242	(7.324)	83.884	(8.382)
Pagamento de juros e encargos financeiros	–	(27.172)	(45.742)	(89.185)
Imposto de renda e CSLL pagos	–	–	(4.020)	(4.626)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	22.163	(66.770)	259.210	101.101
Variações nos ativos e passivos dos ativos mantidos para negociação	7.266	–	6.276	(382)
Juros pagos pelos ativos mantidos para negociação	–	–	–	(3.653)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	–	149.111	5.469	214.346
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(4.474)	(9.510)	(7.755)	(1.719)
Redução de capital social em investidas	240	48.637	–	–
Alienação de investimentos	–	–	–	20.346
Adições ao imobilizado	–	–	(404)	(108)
Adições ao intangível	–	–	(104.469)	(92.972)
Aplicações financeiras	–	19.151	96.584	(32.170)
Adiantamento para futuro aumento de capiral	–	–	–	(22.331)
Recebimento de dividendos	–	2.784	–	189
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(4.234)	61.062	(16.044)	(128.765)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	–	–	(663)	(190)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida				
Amortização de principal	–	–	(157.768)	(36.363)
Pagamento de custos de transação	–	–	(10.249)	(43.510)
Arrendamento mercantil	(2.520)	(2.382)	(13.058)	(12.146)
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(2.022)	(148.016)	(1.047)	(146.986)
Recursos recebidos	–	4.247	–	2.332
Pagamento de garantias para investidas	–	–	(3.952)	–
Pagamento de dividendos	–	–	–	(1.730)
Adiantamento para futuro aumento de capiral	–	–	–	1.114
Aumento de capital social	–	–	–	160
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(4.542)	(146.151)	(186.074)	(237.129)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	–	–	545	(5.699)
Efeito de caixa dos ativos mantidos para negociação	–	–	(5.351)	(4.049)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.121	(2.748)	57.092	(60.385)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.590	23.338	42.578	102.963
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.711	20.590	99.670	42.578
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.121	(2.748)	57.092	(60.385)

Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Informações Gerais – A Odebrecht TransPort S.A. ("Companhia" ou "OTP" e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, "Grupo"), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010 tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) Participar de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial ("Novonor"), nova denominação social da Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial. Em 17 de junho de 2019, a Novonor e outras 19 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP, formalizaram junto à Justiça o seu pedido de recuperação judicial, tendo em 22 de abril de 2020, sido aprovados, em Assembleia Geral de Credores, os planos de recuperação judicial da Novonor e de 11 das 19 empresas. Em 03 de agosto de 2020, a aprovação dos planos foi homologada pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial. **(a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO"):** A CRO foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Dos processos transitados em julgado, desfavoráveis para a CRO no âmbito administrativo, houve o pagamento de R$ 1.919 em setembro de 2020 e parcelamento, junto à ANTT, de R$ 2.384 em 60 (sessenta) parcelas, com pagamentos mensais a partir de outubro de 2020. Os demais processos ainda estão sendo discutidos administrativamente, cujas exigibilidades encontram-se atualmente suspensas. A Administração da CRO entende que as penalidades, caso impostas, ou se forem confirmadas no âmbito administrativo, podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da CRO. Desta forma, considerando as incertezas envolvidas, não há como determinar se a CRO será significativamente afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, consequentemente, se suas demonstrações financeiras serão impactadas. Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, nos autos da Ação Cautelar proposta pela CRO, proibindo a ANTT de: aplicar penalidades contratuais, impor descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda, executar a garantia em desfavor da Concessionária, bem como obrigando a Agência a manter as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação do processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional proferiu a Ordem Processual nº 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente para manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente, o processo arbitral encontra-se na Ordem Processual nº 23, fase de produção de provas, sendo as provas deferidas até o momento: Perícias (i) econômico e financeira; (ii) ambiental; (iii) avaliação de imóveis; e (iv) engenharia de rodovias. Em 09 de dezembro de 2020, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão com base no poder geral de cautela, em ação cautelar proposta pela Companhia, suspendendo a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em razão do descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão e dos autos de infração já lavrados pela ANTT, a CRO está em tratativas com a ANTT para a regularização destas obrigações contratuais, o que será implementado mediante a apresentação da proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), que considera, entre outros, a troca do controle acionário da Concessionária, além do novo cronograma de investimentos a ser implementado. **Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"):** Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Infraestrutura do Estado da Bahia ("SEINFRA"), tendo como objeto, via Contrato de Concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, com a cobrança de pedágios, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com a finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA526 e o km 8,5 da BA099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total de concessão da CBN passou a ser de 132,65 km. Em decorrência dos

continua …

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:07:36

... continuação

novos investimentos para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos. Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial ("OAS"), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. Conforme descrito na Nota 1(c), a participação societária da CBN detida pelo Grupo encontra-se em fase final de alienação. **Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"):** Contrato firmado em 18 de julho de 2011 com o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE", tendo como objeto a exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – "Express Way", precedida de execução de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, contados a partir de novembro de 2011. Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela CCBC de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e pela OAS, via o Consórcio Express Way, com a finalidade de dirimir alguns conflitos originados do contrato de execução de obras civis do Express Way, firmado pelas partes em 29 de julho de 2011. Foi proferida, em 30 de novembro de 2020, sentença arbitral, após apresentação das Alegações Finais, no qual o Tribunal Arbitral julgou procedente os principais pedidos do Consórcio Express Way. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedidos de esclarecimentos, apontando vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral, sendo que, em 12 de fevereiro de 2021, o Tribunal Arbitral confirmou sua sentença proferida no final de 2020. O valor das eventuais indenizações da CRA ainda é inestimável nesse momento, uma vez que depende da apuração em sede de liquidação, em etapa seguinte da arbitragem. Conforme descrito na Nota 1(c), a participação societária da CRA detida pelo Grupo encontra-se em fase final de alienação. **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC"):** Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público – Privada ("CGPE") e a CRC, tendo como objeto a exploração, precedida de obras, do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, mediante a prestação de serviço pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado para 35 anos. Conforme descrito na Nota 1(c), a participação societária da CRC detida pelo Grupo encontra-se em fase final de alienação. **Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH"):** A CRH foi constituída com o objeto de exploração, via parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da região metropolitana de Belo Horizonte (MG), mediante realização de obras de implantação e de ampliação, prestação de serviços e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, o contrato de concessão não foi assinado, não estando, portanto, em eficácia, motivo pelo qual a Administração, em conjunto com os demais acionistas, aprovou a recomendação pela extinção da CRH, a ser deliberada em Assembleia Geral de Acionistas, prevista para acontecer no primeiro semestre de 2021. **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO"):** Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, firmado em 21 de fevereiro de 2014 com o Estado de Goiás, para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no contrato, o que ainda não ocorreu, motivo pelo qual a Administração está avaliando a possível rescisão contratual ou possível alienação das participações societárias. **Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT-RJ"):** Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, firmado em 07 de maio de 2013 com o Município do Rio de Janeiro, para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos ("VLT") na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de Concessão do VLT, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias. O contrato de financiamentos celebrado pela VLT-RJ com o BNDES, prevê a recomposição da conta suporte pelas acionistas quando o saldo for insuficiente. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por algum acionista, os demais acionistas são chamados a cobrir a insuficiência e, ao fazê-lo, adquirem automaticamente as ações do acionista que inadimpliu com sua parcela, em quantidade equivalente ao dobro do valor por eles aportados. Nessa sistemática, o acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua conta suporte fica sujeito à alienação compulsória das ações de sua titularidade para o acionista que promoveu a recomposição da conta suporte com base no referido critério. Nesse racional, como a Administração da VLT-RJ deixou de amortizar as parcelas do Contrato de Financiamento, o VLT, seguindo orientações do seu Acionista Controlador, passou a se valer do mecanismo das contas suportes, tornando a recomposição necessária. Com isso, a participação societária detida pela Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM") vem sendo diluída, na medida em que a recomposição da conta suporte a ela vinculada vem sendo efetuada pela acionista CIIS – Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"). Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta da VLT-RJ, em face da CIIS e da VLT-RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de Concessão, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas da VLT-RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária na VLT-RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assuma e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do Projeto VLT ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do Projeto VLT, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração da VLT-RJ e ratificado pelos seus acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, a VLT-RJ apresentou sua Resposta às Alegações Iniciais salientando que as Requerentes agem em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. **Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP"):** A Move SP firmou contrato de concessão patrocinada em 18 de dezembro de 2013 com o Governo do Estado de São Paulo ("Governo de SP") para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão. Problemas de liberações de áreas públicas e atrasos nos processos de desapropriações, bem como dificuldades causadas pelo atraso na aprovação da revisão do cronograma de implantação, por parte do Poder Concedente, geraram obstáculos à Move SP na captação de recursos do financiamento de longo prazo. Como consequência, as obras foram suspensas em setembro de 2016. Após tentativas de solucionar tais problemas e não evolução do reequilíbrio contratual, em janeiro de 2018, a Move SP notificou o Poder Concedente sobre o procedimento arbitral, tendo por objeto: (a) o reconhecimento do inadimplemento contratual do Poder Concedente como fator impeditivo para o prosseguimento da concessão e suas consequências financeiras para a concessionária, inclusive para fins indenizatórios e de elisão de qualquer pretensão punitiva; e (b) a apuração das indenizações devidas à concessionária em decorrência da extinção contratual. Ainda em 2018, a Move SP iniciou os procedimentos para rescisão do Contrato de Concessão e, em seguida, o Governo de SP instaurou um processo administrativo para apuração e decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que culminou na decretação da caducidade, cujos efeitos seriam produzidos a partir de 13 de agosto de 2019, prazo este que foi prorrogado sucessivas vezes através de Decretos Estaduais publicados pelo Governo de SP. Por outro lado, a Move SP iniciou as negociações para a cessão do contrato de concessão, tendo celebrado, no dia 4 de fevereiro de 2020, com a interveniência dos seus acionistas, um contrato com a Acciona Construcción, S.A. ("Acciona"), prevendo a cessão definitiva do contrato de concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão. Essa operação foi concluída em 02 de outubro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes, conforme mencionado na Nota 1(c). **Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia"):** A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objetivo a execução do contrato de arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem. Conforme descrito na Nota 1(e), a Companhia iniciou os trâmites para a resilição do contrato de arredamento, tendo protocolado o pedido de resilição na Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), aguardando atualmente as análises e o posicionamento do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros ("SUAPE"). O pedido de rescisão considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Companhia. Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a "Medida Cautelar" administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020. **(b) Capital Circulante Líquido ("CCL"):** A Companhia e o Grupo encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2020 com o passivo circulante superior ao ativo circulante em R$ 818.346 (2019 – R$ 812.152) e R$ 1.823.386 (2019 – R$ 1.857.183), respectivamente. O excesso decorre do vencimento dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da CRO. A CRO previa, em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e posterior liquidação dos empréstimos de curto prazo. Porém, a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicações diretas no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo e os termos de garantias dos acionistas. Desse modo, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições previstas inicialmente, em fevereiro de 2020, os Bancos fiadores realizaram o pagamento das obrigações do contrato de financiamento perante o BNDES. Em decorrência, no dia 25 de março de 2020, tais Bancos celebraram com à CRO um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento de Inação"), passando a ser credores do empréstimo previamente contratado com o BNDES, conforme descrito na Nota 15(ii). A Administração da CRO permanece executando ações para assegurar a higidez financeira da Companhia e consolidar a sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a atender aos seus credores. Dessa forma, a CRO vem simplificando suas estruturas, tendo como meta a redução de seus riscos operacionais e financeiros. Dentre as principais ações, estão a restruturação financeira das dívidas e a busca por potenciais investidores na Companhia. **(c) Transações e Eventos Societários Relevantes que impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:** Em 7 de fevereiro de 2020, a Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR") firmou Contratos de Compra e Venda de Ações para a alienação de sua participação em cada uma das investidas CBN, CRA e CRC, cuja conclusão está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes. A expectativa da Administração é que tais condições sejam cumpridas integralmente ao longo do primeiro semestre de 2021. Em 02 de outubro de 2020, foi concluída a operação de cessão do Contrato de Concessão, celebrado entre a Move SP e o Governo de SP, para a Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Universidade"), subsidiária da Acciona, incluindo todos os direitos, prerrogativas e obrigações, presentes ou futuros, da Move SP nele estabelecidos, vinculados ou decorrentes do Contrato de Concessão. Esse movimento possibilitará a entrega futura da Linha 6, contribuindo com a mobilidade urbana da Cidade de São Paulo. **(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19):** Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), de que o surto da COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. O Grupo vem acompanhando, juntamente com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus e adotando as medidas necessárias com foco na saúde das pessoas e na continuidade das suas operações. **(i) Saúde:** Nesse contexto, em aderência às recomendações de segurança e controle, a Companhia e suas controladas adotaram medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais classificados como grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção do regime de teletrabalho ("*home office*") para todos os profissionais com possibilidade para realizar suas atividades nessa modalidade de trabalho; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em *home office*; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. A OTP, via a CRO, ciente do seu papel social, aprimorou o programa "Parada Legal", cujo objetivo foi levar serviços gratuitos de saúde, segurança e bem-estar aos usuários da rodovia, com a aquisição de dois mil kits de alimentação, mil e setecentos vouchers de alimentação, dois mil e quinhentos testes rápidos, três mil e oitocentos litros de álcool gel, seis mil setecentas máscaras descartáveis, mais de um milhão de luvas, além da disponibilização de pontos de apoio aos caminhoneiros para aferição de temperatura corporal e higienização das mãos. **(ii) Fluxo de Caixa:** Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa da Controladora e de suas empresas Controladas veem sendo reprogramados, por meio: (i) da postergação de investimentos não essenciais; (ii) da postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória 927/2020; (iii) da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; (iv) da negociação com Instituições Financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras; (iv) de outras ações operacionais. **(iii) Operações:** No que tange às operações, em virtude das restrições do funcionamento de estabelecimentos considerados não essenciais e às recomendações de isolamento social, observou-se uma queda em geral no volume de tráfego das rodovias em 2020 (em comparação a 2019). A CRC, por exemplo, constatou uma queda de 7,5% no volume de tráfego da rodovia em comparação a 2019, refletindo em uma redução na arrecadação. Os custos correntes para a operação e manutenção e conservação da rodovia permanecem mantidos para o bom desempenho operacional na prestação dos serviços, vista como essencial à sociedade. Por outro lado, a CRO não foi impactada de forma significativa, pois, apesar de ter uma queda no tráfego de veículos leves, apresentou um aumento no tráfego de veículos pesados (em torno de 3,5%, quando comparado a 2019). Esse incremento decorreu do crescimento das atividades do agronegócio, da retomada na prestação de serviços essenciais e a melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional. A Administração da Companhia e de suas empresas Controladas tem envidado os maiores esforços para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas empresas Controladas. **(e) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas: Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação:** A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de determinados ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017 ("Plano"). Neste contexto, em 31 de dezembro de 2020, as ações tomadas para alienação das participações detidas nas empresas CRA, CBN e CRC estavam em curso, em linha com o estabelecido previamente no Plano. Isso posto, tais investimentos estão sendo apresentados em linha específica no balanço patrimonial e na rubrica de Operações Descontinuadas, no resultado do exercício. O registro está contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 11. **Operações Descontinuadas:** Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não foi possível vislumbrar a viabilidade do Terminal, tendo em vista as substanciais alterações que seriam necessárias no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração decidiu paralisar as operações do referido Terminal de Açúcar. Assim, em 3 de julho de 2019, foi aprovado o início do processo de resilição do contrato de arrendamento celebrado com SUAPE, sendo o pedido de rescisão amigável protocolado em 27 de agosto de 2019 na SNPTA. Tal pedido considera a indenização dos investimentos realizados na implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovia. Em 14 de agosto de 2020, foi publicada a "Medida Cautelar" administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária. Nesse contexto, em 21 de agosto de 2020, foi formalizada a entrega da área para SUAPE, mediante a assinatura do Termo de Recebimento e de Relatório Técnico-Fotográfico, atestando a atual situação das instalações do Terminal. Com esta medida, todas as obrigações contratuais do contrato de arrendamento foram suspensas. A resilição contratual ocorrerá após a verificação do eventual descumprimento das obrigações contratuais pela Agrovia e seus efeitos, bem como a definição de eventual montante a ser indenizado, considerando os investimentos previamente autorizados, ainda não amortizados e que estavam concluídos e operacionais na data da entrega da área. O prazo estimado para a conclusão deste processo é de 12 (doze) meses, podendo ser postergado. A Administração da Companhia não espera que sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras significativas neste processo de resilição e que, consequentemente, possam afetar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Tendo em vista a paralização das atividades, os resultados da Agrovia estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações de resultado do exercício e de fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação". Em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos e passivos da Agrovia eram:

Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	54
Tributos a recuperar	2.171
Outros ativos	10
	2.235
Ativo não circulante	
Imobilizado	55.369
Intangível	13
	55.382
Total do ativo	57.617
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Fornecedores e contas a pagar	2.023
Debêntures	50.308
Obrigações sociais e trabalhistas	123
Impostos, taxas e contribuições sociais	137
	52.590
Passivo não circulante	
Partes relacionadas	1.603
Impostos, taxas e contribuições sociais	1.862
	3.465
Patrimônio líquido	
Capital social	61.953
Prejuízos acumulados	(60.391)
	1.562
Total do passivo e patrimônio líquido	57.617

(f) Acordos com autoridades, Governança e *Compliance:* Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020. Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. A Companhia, juntamente com as suas empresas Controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado pela Companhia, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Na medida em que a Companhia, suas empresas Controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como que não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se serão afetadas pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas Controladas e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 08 de abril de 2021. **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2. Demonstrações Financeiras Individuais:** As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações financeiras individuais, as empresas Controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as seguintes entidades em 31 de dezembro de 2020:

		Participação no capital social (%)	
	País	2020	2019
Companhias consolidadas diretamente			
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH")	Brasil	60,00	60,00
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	95,38	94,97
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
Companhias consolidadas indiretamente			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") (i)	Brasil	74,13	74,13
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00	100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")	Brasil	42,00	42,00
Entidade de propósito específico ("EPE")			
Fundo Caixa Atlântico ("Fundo Atlântico") (ii)	Brasil	–	99,29

(i) A participação na CRC está mantida para negociação e os seus valores estão apresentados em "Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação" e "Passivo Relacionados aos Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação", cujos efeitos estão apresentados na Nota 11. (ii) Os valores aplicados no Fundo Caixa Atlântico foram integralmente resgatados em 2020. **2.4. Conversão de Moeda Estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **2.5. Ativo Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.6. Benefícios a Empregados: a) Participação nos Lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **b) Obrigações de Aposentadoria:** O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty") (antiga Odebrecht Previdência S.A.), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados. **2.7. Reconhecimento de Receita: a) Receitas de Serviços:** As receitas provenientes de pedágios e as receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **b) Receitas de Construção:** A receita de construção foi estimada considerando-se os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas. O Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com os riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração, sendo aplicada uma margem de construção que varia de 0% a 1,0% nas empresas do Grupo. **2.8. Novas Normas e Pronunciamentos Contábeis Ainda Não Adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber: • **Reforma da Taxa de Juros de Referência:** Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021. • **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Referência à Estrutura Conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023. • **IFRS 17 Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos** – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas. **a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos ("*Impairment*"):** O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado. Os efeitos de *impairment* dos investimentos detidos pela Companhia e suas empresas Controladas encontram-se apresentados nas Notas 11, 12(d) e 19. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota 17. **c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis:** A amortização do ativo intangível reflete a est

... continuação

alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, o qual é representado pela soma do patrimônio líquido consolidado. O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Nota	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.867.637	1.889.086
Caixa e equivalentes de caixa	6	(99.670)	(42.578)
Aplicações financeiras	7	(130.349)	(224.878)
Dívida líquida		1.637.618	1.621.630
Patrimônio líquido	21	87.420	190.729
Total do capital próprio e de terceiros		1.725.038	1.812.359
Índice de alavancagem financeira – %		95%	89%

5. Instrumentos Financeiros por Categoria – Consolidado – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	–	99.670	42.578
Aplicações financeiras	7	130.349	224.878	–	–
Contas a receber	8	–	–	19.997	15.541
Demais contas a receber	9	–	–	192.771	–
Partes relacionadas	10	–	–	–	242.684
Outros ativos		–	–	17.138	15.497
		130.349	224.878	329.576	316.300
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	1.867.637	1.889.086
Fornecedores		–	–	115.895	93.102
Arrendamento mercantil operacional	16	–	–	33.140	47.980
Partes relacionadas	10	–	–	33.752	29.718
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	19	–	–	27.817	18.267
		–	–	2.078.241	2.078.153

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em bancos e em caixa	2.690	58	33.685	6.785
Aplicações financeiras (a)	24.021	20.532	65.985	35.793
	26.711	20.590	99.670	42.578

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2020, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 142% do CDI (em 2019 – 90% e 96% do CDI, aplicados no Fundo Atlântico, o qual destinava-se, exclusivamente, aos investimentos da Companhia e suas empresas Controladas).

7. Aplicações Financeiras – Consolidado

	Consolidado	
	2020	2019
Aplicações financeiras (a) (b)	–	81.427
Títulos e valores mobiliários (c)	130.349	143.451
	130.349	224.878
Ativo circulante	–	81.420
Ativo não circulante	130.349	143.458

(a) Em 23 de setembro de 2020, o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico foi resgatado para amortização extraordinária ao Contrato de Empréstimo Ponte junto à CEF (Nota 15(c)). (b) Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras incluíam o montante de R$ 14.223 aplicados em conta reserva da CRO, nos termos do contrato de cessão fiduciária (Nota 15(e)). Em 2020, tais recursos foram liberados para utilização na manutenção de despesas operacionais de curto prazo. (c) Representa o valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), constituído com a finalidade de deter a participação residual de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). Em 2020, a variação das cotas foi de R$ 13.102, decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido pelo FIP OTP CRB, tendo ocorrido amortização de cotas no montante de R$ 700 a favor da ODBR, com recursos provenientes de distribuição de dividendos pela CRB.

8. Contas a Receber – Consolidado

	2020	2019
Meios de pagamentos eletrônicos	16.477	12.628
Outros	3.520	2.913
	19.997	15.541

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito, e toma por base para essa avaliação, entre outros aspectos, as informações históricas sobre os índices de inadimplência, a tradição e a reputação no mercado, a qualidade da administração e informações publicadas na mídia e veículos especializados das contrapartes.

9. Demais Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Linha Universidade S.A.	109.917	–	192.771	–
	109.917	–	192.771	–
Ativo circulante	36.639	–	64.257	–
Ativo não circulante	73.278	–	128.514	–

Decorre dos pagamentos efetuados pela OM e pela OTP a instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, em decorrência da execução de garantias financeiras. Os valores são devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 mencionada na Nota 1(c), as obrigações de pagamento da Move SP foram assumidas pela Linha Universidade, subsidiária da Acciona, tendo sido o valor dividido em 4 parcelas remuneradas a 3% a.a., sendo que as primeiras parcelas, nos montantes de R$ 36.373 e R$ 27.424, foram pagas em outubro de 2020, à OTP e à OM, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, os valores encontravam-se apresentados na rubrica de Partes Relacionadas (Nota 10).

10. Partes Relacionadas

	Controladora				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Outros ativos	Partes relacionadas (d)	Fornecedores	Partes relacionadas	Transações
CRO (a)	–	55.421	–	–	1.859
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	137	–	–	–	–
OM	1.901	989	495	–	383
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR") (b)	–	–	562	–	146
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.029	–	530	–	(827)
Agrovia (a)	–	1.603	–	–	54
ATVOS Agroindustrial S.A.	118	–	–	–	–
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c)	73	–	–	9.690	(1.459)
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	–	–	–	24.062	(3.622)
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b)	279	–	–	–	–
31 de dezembro de 2020	**3.537**	**58.013**	**1.587**	**33.752**	**(3.466)**
31 de dezembro de 2019 (d)	**1.636**	**199.450**	**353**	**29.718**	**2.888**

	Consolidado					
	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Outros Ativos	Adiantamento a fornecedor	Partes relacionadas (d)	Fornecedores	Partes relacionadas	Transações
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	351	–	–	–	–	–
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b) (e)	1.056	71.402	–	537	–	(869)
ATVOS Agroindustrial S.A. (b)	118	–	–	–	–	–
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c) (f)	73	–	–	84.955	9.690	9.984
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	–	–	–	–	24.062	(3.622)
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b)	314	–	–	–	–	–
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (b)	2	–	–	4.827	–	–
31 de dezembro de 2020	**1.914**	**71.402**	**–**	**90.319**	**33.752**	**5.493**
31 de dezembro de 2019 (d)	**1.914**	**71.402**	**242.684**	**79.988**	**29.718**	**3.580**

(a) Referem-se a operações de mútuos, remunerados a taxas de mercado. (b) Outros ativos e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas, tais como aluguéis e despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e/ou tecnologia da informação e repasse de passivos trabalhistas). (c) Os valores devidos à OECI e à OOL decorrem, respectivamente, da cessão de recebíveis e alienação de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle societário da Concessionária Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia"). (d) Em 2019, a rubrica de Partes Relacionadas incluía os valores a receber da Move SP (investida indireta da OTP), cuja obrigação foi cedida à Linha Universidade em 2020 (juntamente à cessão do Contato de Concessão). Como a cessão se deu para uma empresa de fora do grupo econômico da OTP, o saldo foi reclassificado para a rubrica "Demais Contas a Receber" (Nota 9). (e) A rubrica de Adiantamentos a Fornecedores está relacionada a adiantamentos feitos pela CRO para a execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato. Por outro lado, em função da suspensão do Contrato de EPC pela CRO com a CNO, existem obrigações contratuais da CRO com a CNO que precisarão ser endereçadas, caso haja o término do Contrato de EPC (oriundos de eventual rescisão/caducidade do Contrato de Concessão). (f) O saldo alocado em Fornecedores, decorre da contratação pela CRO para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT. A contratação obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração da CRO. **11. Ativos Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas –** Tendo em vista o estágio avançado das negociações, e sendo altamente provável que a alienação ocorra durante o próximo exercício social, os investimentos da ODBR nas empresas CBN, CRC e CRA, juntamente com os direitos a receber do mútuo detido pela Companhia a favor da CRA, estão sendo tratados como "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação", mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas para a venda. Tais investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda, tendo sido reconhecidas perdas pelo valor de recuperabilidade (*impairment*) no montante total de R$ 167.697 (2019: R$ 163.532). Os resultados dos "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" estão apresentados na rubrica "Operações Descontinuadas" na demonstração do resultado e a participação nos ativos e passivos estão apresentados nas rubricas "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" e "Passivos Relacionados a Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" no balanço patrimonial, conforme detalhadas nos itens (a) e (b) a seguir. Adicionalmente, tendo em vista a paralização das operações da Agrovia, em virtude do processo de resilição do contrato de arrendamento e consequente descontinuidade, os resultados apurados e os fluxos de caixa passaram a ser apresentados de forma consolidada, sendo os efeitos detalhados no item (b) a seguir.

a) Saldo Patrimonial em 31 de dezembro

	2020				2019			
Ativo	ODBR	CRC	Eliminação	Total	ODBR	CRC	Eliminação	Total
Caixa e equivalentes de caixa	–	9.634	–	9.634	–	4.049	–	4.049
Contas a receber	–	2.492	–	2.492	–	1.238	–	1.238
Tributos a recuperar	–	241	–	241	–	459	–	459
Outros ativos	–	103	–	103	–	129	–	129
Ativo circulante	**–**	**12.470**	**–**	**12.470**	**–**	**5.875**	**–**	**5.875**
Aplicações financeiras	–	7.969	–	7.969	–	7.785	–	7.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	2.952	–	2.952	–	3.505	–	3.505
Outros ativos	–	532	–	532	–	202	–	202
Investimento	71.812	–	(28.238)	43.574	66.595	–	(27.160)	39.435
Imobilizado	–	178	–	178	–	179	–	179
Intangível	–	62.210	–	62.210	–	65.543	–	65.543
Ativo não circulante	**71.812**	**73.841**	**(28.238)**	**117.415**	**66.595**	**77.214**	**(27.160)**	**116.649**
Total do ativo	**71.812**	**86.311**	**(28.238)**	**129.885**	**66.595**	**83.089**	**(27.160)**	**122.524**
Passivo								
Fornecedores	–	310	–	310	–	224	–	224
Empréstimos e financiamentos	–	3.724	–	3.724	–	3.381	–	3.381
Partes relacionadas	–	33	–	33	–	–	–	–
Impostos, taxas e contribuições sociais	–	296	–	296	–	158	–	158
Obrigações sociais e trabalhistas	–	290	–	290	–	363	–	363
Outros passivos	–	1.302	–	1.302	–	1.375	–	1.375
Passivo circulante	**–**	**5.955**	**–**	**5.955**	**–**	**5.501**	**–**	**5.501**
Empréstimos e financiamentos	–	38.062	–	38.062	–	36.399	–	36.399
Partes relacionadas	–	896	–	896	–	1.513	(752)	761
Provisão para contingências	–	1.039	–	1.039	–	953	–	953
Outros passivos	–	2.267	–	2.267	–	2.084	–	2.084
Passivo não circulante	**–**	**42.264**	**–**	**42.264**	**–**	**40.949**	**(752)**	**40.197**
Total do passivo	**–**	**48.219**	**–**	**48.219**	**–**	**46.450**	**(752)**	**45.698**
Patrimônio líquido não controladores	–	–	9.855	9.855	–	–	9.478	9.478
Total passivo e patrimônio líquido	**–**	**48.219**	**9.855**	**58.074**	**–**	**46.450**	**8.726**	**55.176**

b) Demonstração dos Resultados do Exercício Findo em 31 de dezembro

	2020						
	Ativos circulantes mantidos para negociação			Operação descontinuada			Total de efeitos
	ODBR	CRC	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	
Operações descontinuadas							
Receita líquida	–	18.781	–	–	–	–	18.781
Custo dos serviços prestados	–	(8.646)	–	–	(1.443)	–	(10.089)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	**10.135**	**–**	**–**	**(1.443)**	**–**	**8.692**
Despesas gerais e administrativas	–	(4.190)	–	(7.266)	(2.283)	–	(13.739)
Resultado operacional	**–**	**5.945**	**–**	**(7.266)**	**(3.726)**	**–**	**(5.047)**
Equivalência patrimonial	(7.037)	–	(1.374)	(7.272)	–	7.272	(8.411)
Impairment	12.254	–	–	1.731	–	–	13.985
Resultado financeiro líquido	–	(3.270)	–	–	(3.917)	–	(7.187)
Resultado antes dos impostos	**5.217**	**2.675**	**(1.374)**	**(12.807)**	**(7.643)**	**7.272**	**(6.660)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(821)	–	–	–	–	(821)
Lucro (prejuízo) do exercício	**5.217**	**1.854**	**(1.374)**	**(12.807)**	**(7.643)**	**7.272**	**(7.481)**

	2019						
	Ativos circulantes mantidos para negociação					Operação descontinuada			Total de efeitos
	OTP	OM	ODBR	CRC	Eliminação	OTP	Agrovia	Eliminação	
Operações descontinuadas									
Receita líquida	–	–	–	15.051	–	–	1.948	–	16.999
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(8.899)	–	–	(7.292)	–	(16.191)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	**–**	**–**	**6.152**	**–**	**–**	**(5.344)**	**–**	**808**
Despesas gerais e administrativas	–	–	(6.752)	(4.191)	–	–	(3.289)	–	(14.232)
Outras despesas, líquidas	–	–	–	2	–	–	–	–	2
Resultado operacional	**–**	**–**	**(6.752)**	**1.963**	**–**	**–**	**(8.633)**	**–**	**(13.422)**
Equivalência patrimonial	1.579	(10.758)	(6.279)	–	313	(14.321)	–	14.321	(15.145)
Alienação de investimentos	15.958	–	108.535	–	–	–	–	–	124.493
Impairment	(47.473)	–	(80.086)	–	–	2.609	–	–	(124.950)
Ajuste valor justo	–	–	16.624	–	–	–	–	–	16.624
Resultado financeiro líquido	–	–	–	(2.598)	–	–	(6.505)	–	(9.103)
Resultado antes dos impostos	**(29.936)**	**(10.758)**	**32.042**	**(635)**	**313**	**(11.712)**	**(15.138)**	**14.321**	**(21.503)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	213	–	–	–	–	213
Lucro (prejuízo) do exercício	**(29.936)**	**(10.758)**	**32.042**	**(422)**	**313**	**(11.712)**	**(15.138)**	**14.321**	**(21.290)**

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro

	2020						
	Ativos circulantes mantidos para negociação			Operação descontinuada			Total de efeitos
	ODBR	CRC	Eliminação	OTP	Agrovia	Eliminação	
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**5.217**	**2.675**	**(1.374)**	**(12.807)**	**(7.643)**	**7.272**	**(6.660)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício							
Depreciação e amortização	–	3.818	–	–	1.383	–	5.201
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	–	3.595	–	–	2.883	–	6.478
Resultado de equivalência patrimonial	7.037	–	1.374	7.272	–	(7.272)	8.411
Provisão para contingências	–	86	–	–	(48)	–	38
Impairment	(12.254)	–	–	(1.731)	–	–	(13.985)
Ajuste valor justo	–	–	–	–	270	–	270
Outros	–	399	–	–	–	–	399
Total de Ajustes para reconciliação	**(5.217)**	**7.898**	**1.374**	**5.541**	**4.488**	**(7.272)**	**6.812**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**(1.232)**	**–**	**7.266**	**56**	**–**	**6.090**
Caixa proveniente das operações	**–**	**9.341**	**–**	**–**	**(3.099)**	**–**	**6.242**
Juros pagos	–	(773)	–	–	–	–	(773)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**–**	**8.568**	**–**	**–**	**(3.099)**	**–**	**5.469**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Adições ao imobilizado	–	(53)	–	–	–	–	(53)
Adições ao intangível	–	(426)	–	–	–	–	(426)
Aplicações financeiras	–	(184)	–	–	–	–	(184)
	–	**(663)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(663)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Partes relacionadas	–	33	–	–	–	–	33
Amortização de empréstimos	–	(792)	–	–	–	–	(792)
Arrendamento mercantil	–	(545)	–	–	(1.143)	–	(1.688)
Pagamento de dividendos	–	(1.016)	–	–	–	–	(1.016)
Aumento de capital social	–	–	–	–	4.008	–	4.008
	–	**(2.320)**	**–**	**–**	**2.865**	**–**	**545**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**–**	**5.585**	**–**	**–**	**(234)**	**–**	**5.351**

	2019								
	Ativos circulantes mantidos para negociação					Operação descontinuada			Total de efeitos
	OTP	OM	ODBR	CRC	Eliminação	OTP	Agrovia	Eliminação	
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(29.936)**	**(10.758)**	**32.042**	**(635)**	**312**	**(11.712)**	**(15.138)**	**14.321**	**(21.504)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício									
Depreciação e amortização	–	–	–	3.813	–	–	3.132	–	6.945
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	–	–	–	3.265	–	–	5.336	–	8.601
Resultado de equivalência patrimonial	–	10.758	6.281	–	(312)	14.321	–	(14.321)	16.727
Provisão para contingências	–	–	–	187	–	–	–	–	187
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	–	–	–	21	–	–	–	–	21
Baixa de investimentos	359.454	–	(33.104)	–	–	–	–	–	326.350
Impairment	(227.494)	–	80.085	–	–	(2.609)	–	–	(150.018)
Ajuste valor justo	–	–	(16.624)	–	–	–	–	–	(16.624)
Outros	47.089	–	–	547	–	–	60	–	47.696
Total de Ajustes para reconciliação	**179.049**	**10.758**	**36.638**	**7.833**	**(312)**	**11.712**	**8.528**	**(14.321)**	**239.885**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**–**	**–**	**(848)**	**–**	**–**	**466**	**–**	**(382)**
Caixa proveniente das operações	**149.113**	**–**	**68.680**	**6.350**	**–**	**–**	**(6.144)**	**–**	**217.999**
Juros pagos	–	–	–	(3.229)	–	–	(424)	–	(3.653)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**149.113**	**–**	**68.680**	**3.121**	**–**	**–**	**(6.568)**	**–**	**214.346**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Adições ao imobilizado	–	–	–	(6)	–	–	(14)	–	(20)
Adições ao intangível	–	–	–	(260)	–	–	(19)	–	(279)
Aplicações financeiras	–	–	–	109	–	–	–	–	109
	–	**–**	**–**	**(157)**	**–**	**–**	**(33)**	**–**	**(190)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Amortização de empréstimos	–	–	–	(2.562)	–	–	(1.041)	–	(3.603)
Arrendamento mercantil	–	–	–	(527)	–	–	(1.597)	–	(2.124)
Recursos recebidos	–	–	–	–	–	–	1.493	(1.465)	28
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	–	7.697	(7.697)	–
	–	**–**	**–**	**(3.089)**	**–**	**–**	**6.552**	**(9.162)**	**(5.699)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**149.113**	**–**	**–**	**(125)**	**–**	**–**	**(49)**	**(9.162)**	**208.457**

12. Investimentos – a) Informações Sobre as Investidas – Controladora

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Agrovia do Nordeste S.A.	52.537.447	48.529.447	95,38	94,97	1.561	5.196	(7.643)	(15.137)
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	360.000	600.000	60,00	60,00	848	1.248	(31)	48
Odebrecht Mobilidade S.A.	66.508.258	66.086.038	60,00	60,00	111.580	106.370	3.353	(76.473)
Odebrecht Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.202.509.106	100,00	100,00	597.198	597.593	(453)	(80.044)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	119.973.092	100,00	100,00	90.197	117.319	(27.122)	(51.833)

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora

Investimentos	Saldo no início do exercício	Adições	Baixas	Movimentações societárias das investidas (*)	Reclassificação (**)	Resultado de participações societárias	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Operações descontinuadas	Outros	Saldo no final do exercício
Agrovia do Nordeste S.A.	–	4.008	–	–	–	–	(182)	–	(3.826)	–	–
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	2.668	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.668
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	749	–	(240)	–	–	(19)	–	–	–	–	490
Odebrecht Mobilidade S.A.	64.469	466	–	–	–	2.013	–	–	–	–	66.948
Odebrecht Rodovias S.A.	597.593	–	–	–	–	(395)	–	–	–	–	597.198
OTP SPV Participações S.A.	117.319	–	–	–	–	(27.122)	–	–	–	–	90.197
31 de dezembro de 2020	**782.798**	**4.474**	**(240)**	**–**	**–**	**(25.523)**	**(182)**	**–**	**(3.826)**	**–**	**757.501**
31 de dezembro de 2019	**990.331**	**91.739**	**(409.672)**	**(150)**	**303.451**	**(178.953)**	**(1.224)**	**(2.595)**	**(11.712)**	**1.583**	**782.798**

c) Movimentação Societárias – Controladora: Ao longo de 2020, a Companhia subscreveu 4.008.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R$ 4.008, que foram totalmente integralizadas em moeda nacional corrente, sendo o recurso destinado à cobertura de despesas ordinárias da Agrovia. **d) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado**

	2020	2019
CLN	2.668	2.668
RTP (*)	90.197	117.318
Total dos investimentos	**92.865**	**119.986**

(*) Participação residual indireta na Supervia detida pela OTP SPV, após a alienação do controle. Em 2020, foi apropriada equivalência patrimonial negativa no montante de R$ 27.122, a qual foi impactada, de forma substancial, pela baixa contábil, líquida dos impostos diferidos, realizada no contas a receber da Supervia junto ao Poder Concedente, oriundo do aumento extraordinário das tarifas de energia elétrica autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 2014. Apesar da baixa contábil, o valor continuará sendo cobrado pela Supervia junto ao Poder Concedente. A Companhia e suas empresas Controladas registraram valores de *impairment* relativos aos seus investimentos, sendo os saldos, em 31 de dezembro de 2020, de: VLT-RJ – R$ 23.273, RTP – R$ 49.856 e Move SP – R$ 36.036 (2019: VLT-RJ – R$ 28.776, RTP – R$ 49.856 e Move SP – R$ 80.827). Em 2020, os ajustes de *impairment* se devem às alterações do valor do investimento, que decorrem, substancialmente, da apropriação dos efeitos de equivalência patrimonial. Também foi constituído *impairment* decorrente de outros recebíveis, detidos pela OM, a favor da VLT-RJ, no montante de R$ 6.891 (2019: R$ 2.940).

13. Imobilizado – Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Direito de uso (*)	Outros	Total
Custo	150	38.333	36.392	1.672	4.215	–	82	80.694
Amortização acumulada	–	(2.781)	(8.489)	(1.006)	(2.074)	–	(32)	(14.382)
Em 1º de janeiro de 2019	**150**	**35.552**	**27.903**	**666**	**2.141**	**–**	**50**	**66.312**
Aquisições	–	–	51	39	33	–	–	123
Adoção inicial IFRS 16	–	–	–	–	–	31.821	–	31.821
Baixas, líquidas de depreciação	(150)	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	–	26	24	–	–	(50)	–
Reclassificação (*)	–	(30)	(123)	(67)	(2)	–	–	(222)
Depreciação	–	(871)	(1.357)	(143)	(484)	(4.558)	–	(7.413)
Movimentação	**–**	**34.651**	**26.500**	**519**	**1.688**	**27.263**	**–**	**90.621**
Custo	–	38.303	36.346	1.668	4.246	31.821	32	112.416
Depreciação acumulada	–	(3.652)	(9.846)	(1.149)	(2.558)	(4.558)	(32)	(21.795)
Em 31 de dezembro de 2019	**–**	**34.651**	**26.500**	**519**	**1.688**	**27.263**	**–**	**90.621**
Aquisições	–	162	227	11	4	–	–	404
Baixas, líquidas de depreciação	–	(8)	–	–	–	(2.588)	–	(2.596)
Operações descontinuadas (*)	–	(9)	(75)	(2)	–	(1.294)	–	(1.380)
Depreciação	–	(507)	(418)	(131)	(462)	(3.511)	–	(5.029)
Movimentação	**–**	**34.289**	**26.234**	**397**	**1.230**	**19.870**	**–**	**82.020**
Custo	–	40.250	33.901	1.333	2.581	25.999	–	104.064
Depreciação acumulada	–	(5.961)	(7.667)	(936)	(1.351)	(6.129)	–	(22.044)
Em 31 de dezembro de 2020	**–**	**34.289**	**26.234**	**397**	**1.230**	**19.870**	**–**	**82.020**

(*) Referem-se aos saldos e/ou movimentações das controladas CRC e Agrovia que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas (Nota 11). **(*)** Representa os direitos de uso relativos aos contratos de arrendamento mercantil.

continua ...

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:08:36

... continuação

14. Intangível – Consolidado – a) Composição

	2020	2019
Infraestrutura (b)	1.882.021	1.824.927
Direitos de uso	9.735	17.953
Outros	422	390
	1.892.178	**1.843.270**

b) Infraestrutura: Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da CRO. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	Custo	Amortização	2020 Líquido	2019 Líquido
Recuperação	1.051.242	(99.611)	951.631	878.930
Operação	84.745	(16.102)	68.643	100.047
Melhoramentos	859.669	(69.997)	789.672	770.872
Adiantamentos	72.075	–	72.075	75.078
	2.067.731	**(185.710)**	**1.882.021**	**1.824.927**

c) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de uso	Software e outros	Total
Custo	1.960.738	–	1.054	1.961.792
Amortização acumulada	(110.473)	–	(457)	(110.930)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**1.850.265**	**–**	**597**	**1.850.862**
Adições (*)	81.664	14.302	28	95.994
Adoção inicial IFRS 16	–	12.888	–	12.888
Baixas, líquidas de amortização	(683)	–	–	(683)
Movimentação societária (**)	(67.807)	–	(42)	(67.849)
Amortização	(38.512)	(9.237)	(193)	(47.942)
Saldo	**1.824.927**	**17.953**	**390**	**1.843.270**
Custo	1.955.003	27.190	1.019	1.983.212
Amortização acumulada	(130.076)	(9.237)	(629)	(139.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.824.927**	**17.953**	**390**	**1.843.270**
Adições (*)	103.684	3.510	204	107.398
Baixas, líquidas de amortização	(3.513)	(141)	–	(3.654)
Amortização (***)	(43.077)	(11.587)	(172)	(54.836)
Saldo	**1.882.021**	**9.735**	**422**	**1.892.178**
Custo	2.067.731	32.419	1.224	2.101.374
Amortização acumulada	(185.710)	(22.684)	(802)	(209.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.882.021**	**9.735**	**422**	**1.892.178**

(*) Apenas o montante de R$ 104.469 se refere a adições com impacto no caixa no exercício. (**) Em 2019, referem-se aos saldos da controlada CRC que passaram a ser classificados na rubrica de "Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas" (Nota 11). (***) Parte da amortização relativa aos Direitos de uso, no montante de R$ 2.929, foi apropriada ao Ativo Intangível.

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Corporativo (a)	876.255	836.403	876.255	836.403
Captações estruturadas (b)	–	–	50.308	46.742
Capital de giro e Empréstimo Ponte (c)	–	–	946.361	1.025.406
(-) Custo de transação (d)	–	(385)	(5.287)	(19.465)
	876.255	**836.018**	**1.867.637**	**1.889.086**

a) Corporativo: A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R$ 203.787 (2019 – R$ 196.575), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R$ 672.468 (2019 – R$ 639.828), com remuneração de CDI + 2,28% a.a. Em 31 de dezembro de 2020, estava sendo negociada a prorrogação do prazo de vencimento junto ao Banco do Brasil, tendo sido formalizada uma carta conforto a respeito de tais negociações. Já para as debêntures subscritas pelo Bradesco, o vencimento foi prorrogado para 15 de fevereiro de 2021, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 01 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações financeiras da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("*waiver*"). **b) Captações Estruturadas:** A Agrovia emitiu debêntures para a construção de infraestrutura no montante de R$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 50.308 (2019 – R$ 46.742), sendo o prazo de vencimento em 15 de fevereiro de 2021, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 01 de setembro de 2020. **c) Capital de Giro e Empréstimo Ponte:** (i) A CRO possuía um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R$ 762.000 ("Contrato de Financiamento Ponte BNDES"), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163/MT, tendo sido liberado o montante de R$ 590.000. Sobre o valor do principal da dívida incidiam juros de Taxa de Longo Prazo + 2,9% a.a. O vencimento vinha sendo prorrogado de forma sucessiva, sendo que em 15 de maio de 2019 foi celebrado um aditivo contratual, prorrogando novamente o prazo de vencimento para 15 de maio de 2020. Em 17 de fevereiro de 2020, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Crédit Agricole"), o Banco Itaú S.A. ("Itaú"), o Banco ABC Brasil S.A. ("ABC"), o ING Bank N.V. ("ING") e o Banco Pine S.A. ("Pine") e, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" e em conjunto com Crédit Agricole, Itaú, ABC, ING e Pine, "Credores"), na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, no âmbito do referido contrato. (ii) Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: **(1)** definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%, Crédit Acricole – 20,67%, Itaú – 14,39%, Pine – 14,39%, ABC – 5,08% e ING – 24,80%; **(2)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; **(3)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; **(4)** amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e **(5)** as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022. Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intensão de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento. Em maio de 2020, a CRO obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em trâmite de formalização de extensão ao vencimento. Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação. Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso. (iii) A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R$ 310.002 (2019 – R$ 383.346). Em 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um novo aditivo contratual, prorrogando o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo Ponte da CEF para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso. Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e reescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deverá ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020. (iv) Paralelamente, nos termos do Instrumento de Inação, o Banco do Brasil deveria receber da CRO, na data de celebração do aditamento ao Instrumento de Inação ("Aditamento de Adesão") os valores correspondentes conforme os pagamentos já realizados aos Credores. Com o objetivo de igualar o Banco do Brasil aos demais Credores com relação aos pagamentos feitos sob o Instrumento de Inação, os quais continuam a ser realizados pela CRO, e até que se concluam as negociações com os Credores e a CEF para equalização e reescalonamento de todas as dívidas, viabilizando a celebração pelo Banco do Brasil e demais Credores do Aditamento de Adesão, a CRO, as acionistas e os Credores concordaram com o pagamento dos Valores Adesão Banco do Brasil, atualizados até a data de 16 de novembro de 2020, incluindo o pagamento referente ao mês de novembro, antes da formalização do Aditamento de Adesão e com a inclusão do Banco do Brasil nos pagamento parciais. (v) No exercício de 2020, foram pagos pela CRO principal e juros nos montantes respectivos de R$ 157.768 e R$ 45.742 (2019 – R$ 36.363 e R$ 62.013). Também foram pagos custos de transação no montante de R$ 10.249 (2019 – 43.510). **d) Custo de Transação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **e) Garantias:** (i) Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela ODBR em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Conforme descrito na Nota 7, em 2020, o recurso disponível na conta reserva, previsto no contrato de cessão fiduciária, foi liberado para manutenção das despesas operacionais do projeto de curto prazo da CRO. (ii) Para o contrato de empréstimo ponte da Agrovia, a OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela ODBR em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias, sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC e cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). (iii) O contrato de financiamento da CRC prevê, como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios. (iv) Além das garantias supra mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* ("ESA") para empréstimos e financiamentos contratados pela investida VLT-RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%, e fianças corporativas da sua controlada direta ODBR para a CRA, na proporção da sua participação de 50%. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor total do VLT-RJ junto ao BNDES é de R$ 878.926 e da CRA é de R$ 108.994.

16. Arrendamento Mercantil

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo inicial	**24.705**	**–**	**47.980**	**–**
Reconhecimento inicial (*)	–	15.297	–	34.251
Adições (*)	–	10.702	3.510	25.003
Amortização	(3.396)	(2.383)	(17.444)	(14.341)
Baixas (**)	–	–	(3.324)	–
Apropriação das despesas financeiras	1.218	1.089	2.418	3.067
Saldo final	**22.527**	**24.705**	**33.140**	**47.980**
Passivo circulante	3.363	3.363	11.800	17.034
Passivo não circulante	19.164	21.342	21.340	30.946

(*) O reconhecimento inicial e as adições consideram a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação, sendo 9% a.a. na CRO, 11,15% na Agrovia e 5,26% nas controladoras. (**) A área, objeto do arrendamento da Agrovia, foi devolvida ao Poder Concedente em 20 de agosto de 2020 por meio do "Termo de Recebimento da Área." A devolução fundamenta-se na Portaria da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários nº 1709, de 11 de agosto de 2020, na Resolução Normativa nº 29/2019 – ANTAQ e no Contrato de Arrendamento nº 29/2012 e seus termos aditivos. Em decorrência da devolução da área arrendada, foi realizada a baixa total do saldo de arrendamento operacional. **17. Imposto de Renda e Contribuição Social – Consolidado – a) Ativo e Passivo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos –** Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido apresentados de forma líquida, são decorrentes de:

	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	17.429	22.622
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(3.654)	(3.613)
Outras diferenças temporárias	14.698	11.944
	28.473	**30.953**

(*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos têm projeção de realização até 2025. A expectativa da Companhia e de suas controladas quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2020	2019
2020	–	772
2021	2.424	2.424
2022	10.952	10.952
2023 em diante	4.053	8.474
	17.429	**22.622**

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado das controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e de suas empresas Controladas. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos no Resultado**

	2020 Imposto de renda	2020 Contribuição social	2019 Imposto de renda	2019 Contribuição social
CRO	(1.824)	(657)	5.159	1.857
	(1.824)	**(657)**	**5.159**	**1.857**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente no Resultado

	2020 Imposto de renda	2020 Contribuição social	2019 Imposto de renda	2019 Contribuição social
CRO	(301)	(3.319)	(31)	(20)
OM	(289)	(113)	(1.998)	(721)
CRH	–	–	(6)	(4)
ODBR	(970)	(366)	(1.235)	(466)
OTP SPV	–	–	(123)	(45)
	(1.560)	**(3.798)**	**(3.393)**	**(1.256)**

18. Provisão Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias – A Companhia e suas empresas Controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	2020 Depósitos judiciais	2020 Provisões	2019 Depósitos judiciais	2019 Provisões
Contingências trabalhistas e previdenciárias	165	(402)	356	(18)
Reclamações cíveis	237	(1.946)	–	(2.395)
Outros (i)/(ii)	942	(3.313)	9	(3.547)
	1.344	**(5.661)**	**365**	**(5.960)**

(i) O saldo apresentado em Outras Provisões inclui o montante de R$ 2.728, relativo a perdas estimadas pela CRO em decorrência de procedimento interno de verificação de suposta não conformidade. (ii) Em 2020, foi efetuado depósito judicial no montante de R$ 933 em função de multas administrativas impostas pela ANTT à CRO. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. **Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas empresas controladas, incluindo a CRC, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de 11.635 (2019 – R$ 9.367). **19. Provisão para Perdas no Valor Recuperável de Investimentos** – Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R$ 354.515 (2019 – R$ 310.006) se refere a provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos das controladas CRO e Agrovia, nos montantes de R$ 353.026 e R$ 1.489 (2019 – R$ 305.071 e R$ 4.935), respectivamente e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados em função do recebimento futuro de dividendos provenientes destes investimentos. **20. Provisão para Conserva Especial – Consolidado** – Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentava saldo de R$ 105.194 (2019 – R$ 121.890) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO, a qual teve a seguinte movimentação:

	2020	2019
Saldo inicial	**121.890**	**101.018**
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(3.119)	1.967
Provisão de conserva especial	35.801	18.905
Reversão ajuste a valor presente	(5.044)	–
Reversão de provisão para conserva especial	(44.334)	–
Saldo final	**105.194**	**121.890**

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à ANTT, representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial. Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, consequentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram incorridos custos referentes à conserva especial. Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras para fins de determinação na melhor estimativa, a Administração da CRO revisou os critérios de apuração e alterou o valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R$ 49.378 no saldo da provisão, reconhecida no resultado. **21. Patrimônio Líquido – a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações 2020	Número de ações 2019	Participação no capital social (%) 2020	Participação no capital social (%) 2019
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	**214.666.816**	**100,00%**	**100,00%**

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial: Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2020	2019
Saldo inicial	**(43.893)**	**(42.669)**
Ganho (perda) de variação de percentual de participação (*)	(182)	(1.224)
Saldo final	**(44.075)**	**(43.893)**

(*) Decorre da alteração de percentual de participação no VLT-RJ e na Agrovia.

22. Receita Líquida – Consolidado

	2020	2019
Receitas acessórias	4.922	5.060
Receitas de AVI ("*Automatic Vehicle Identification*") (i)	253.857	213.843
Receitas de vale pedágio (ii)	68.661	86.817
Receitas em numerário	132.844	140.453
Outras receitas	–	1.290
Receita operacional	**460.284**	**447.463**
Receita de construção ICPC 01-R1 (Nota 24)	103.684	90.622
Receita bruta	**563.968**	**538.085**
	2020	**2019**
Tributos sobre serviços de operação	(38.319)	(37.398)
Outras deduções da receita	(26)	(18)
Receita operacional líquida	**525.623**	**500.669**

(i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "*Automatic Vehicle Identification" (AVI)* são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas. (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. **23. Receita e Custo de Construção** – O Grupo registrou receita de construção, em atendimento ao ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão, oriunda da controlada CRO, tendo sido apurada com base no custo total incorrido na formação da infraestrutura.

	Receita de construção 2020	Receita de construção 2019	Custo de construção 2020	Custo de construção 2019
Direito da Concessionária				
Ativo Intangível	103.684	90.622	(103.684)	(90.622)
	103.684	**90.622**	**(103.684)**	**(90.622)**

A Administração da CRO entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

24. Gastos por Natureza

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	–	–	(7.158)	(18.680)
Depreciação e amortização	(4.122)	(3.243)	(56.936)	(52.223)
Gastos com pessoal	(13.800)	(14.714)	(74.977)	(74.491)
Materiais e equipamentos	–	(7)	(2.075)	(13.148)
Provisão para conserva especial	–	–	15.881	(14.894)
Seguros	(583)	(673)	(20.167)	(16.376)
Serviços de terceiros	(8.447)	(7.477)	(57.480)	(67.072)
Impairment de outros ativos			(3.951)	(2.940)
Outras receitas e despesas	663	(9.953)	(33.830)	(44.719)
	(26.289)	**(36.067)**	**(240.693)**	**(304.543)**
Classificadas por função				
Custos dos serviços prestados	–	–	(159.943)	(176.194)
Gerais e administrativas	(27.158)	(34.110)	(69.999)	(92.434)
Outras despesas, líquidas	869	(1.957)	(10.751)	(35.915)
	(26.289)	**(36.067)**	**(240.693)**	**(304.543)**

25. Resultado Financeiro

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas Financeiras				
Receitas com juros	5.953	30.591	19.455	51.001
Variações monetárias	114	391	156	368
Outras	–	875	116	1.056
	6.067	**31.857**	**19.727**	**52.425**
Despesas Financeiras				
Ajuste a valor presente	(1.219)	(1.089)	(405)	(7.067)
Amortização de custos de transação	(384)	(3.154)	(24.537)	(46.835)
Despesas com juros (*)	(45.003)	(86.524)	(181.816)	(320.918)
Variações monetárias	–	(2.635)	(1)	(28.258)
Outros	(288)	(3.072)	(3.055)	(10.411)
	(46.894)	**(96.474)**	**(209.814)**	**(413.489)**
Resultado financeiro, líquido	**(40.827)**	**(64.617)**	**(190.087)**	**(361.064)**

(*) Em 2019, o resultado financeiro foi impactado pelas despesas financeiras decorrentes das debêntures emitidas pela Companhia, código ODTR11, e pelas debêntures da ODBR junto ao SCP 1355 Fundo de Investimentos em Participações, cujos direitos e obrigações foram cedidos para a CRB, em 28 de maio de 2019. **26. Prejuízo por Ação –** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2020	2019
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(105.446)	(321.285)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	**(0,49)**	**(1,50)**

27. Eventos Subsequentes – • Em 5 de janeiro de 2021 o Tribunal Arbitral que está avaliando o Procedimento Arbitral da CRA determinou a manifestação das Requerentes a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido. Em 12 de fevereiro de 2021 o Tribunal Arbitral proferiu nova decisão, confirmando suas manifestações proferidas contra a CRA em 30 de novembro de 2020. • Em 18 de janeiro de 2021, foi aprovada a redução de capital da OM no montante de R$ 20.000, com o cancelamento de 20.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a devoluções realizadas em 23 e 24 de março de 2021, sendo R$ 12.000 para a Companhia e R$ 8.000 ao acionista minoritário. • Em 12 de fevereiro de 2021 foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") prorrogando o vencimento da dívida do Bradesco para 17 de março de 2021, prazo novamente prorrogado para 17 de maio de 2021, em AGD realizada no dia 15 de março de 2021. • Em 15 de fevereiro de 2021, foi celebrada AGD suspendendo os efeitos de vencimento antecipado automático da dívida da Agrovia junto ao Banco Itaú pelo prazo de 30 dias e, em 17 de março de 2021, foi celebrada nova AGD prorrogando o vencimento da dívida da Agrovia para 17 de maio de 2021. • Em 24 de março de 2021 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Deliberação nº 105, sobre os descumprimentos do Contrato de Concessão da CRO, que deverão ser corrigidos nos prazos previstos na Deliberação, sob pena de instauração de Processo Administrativo Ordinário de Caducidade. A medida está no contexto das tratativas entre a CRO e a ANTT para a futura retomada dos investimentos necessários à regularização das pendências do Contrato de Concessão. Conforme a publicação, a CRO terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar seu posicionamento acerca da regularização das obrigações do Contrato de Concessão, o que será implementado mediante a apresentação da proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta, que considera a troca do controle acionário da CRO.

Diretoria

Felipe Montoro Jens — **Adriano Lima Ferreira**

Contadora

Ana Claudia Cerqueira Santos – CRC BA-021783/O-1 T SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odebrecht TransPort S.A.
São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Transport S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa e, em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante individual e consolidado excedia o total do ativo circulante individual e consolidado em R$ 818.346 mil e R$ 1.823.386 mil, respectivamente. Nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem financeira, 95% do capital total (Nota Explicativa nº 4.2). A Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia, por meio da reestruturação da dívida corporativa e de suas investidas e de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial de determinados ativos, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação dessas ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, indicam a existência de incerteza relevante que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demon

Sistema Fiep debate soluções inovadoras para a indústria madeireira

Taiwan é o quarto maior exportador mundial de máquinas para processamento de madeira, com grande know how em soluções inteligentes e inovadoras para o produto. E, o Paraná, um dos maiores produtores e exportadores de madeira do Brasil. Essa combinação de interesses levou o Centro Internacional de Negócios do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (CIN-PR) a promover um evento virtual sobre o assunto.

Nos últimos anos, a madeira tornou-se um recurso natural raro e precioso. A produção e o uso de vários tipos de placas de madeira e a subsequente reciclagem e reutilização de materiais têm recebido grande atenção do mercado internacional. Para aproveitar ao máximo o produto, empresas e estudiosos desenvolveram muitas técnicas de processamento inovadoras para fabricar diferentes materiais à base da madeira.

A madeira também é muito importante na pauta de exportações do Paraná. Foi o terceiro produto mais vendido pelo estado para o exterior em janeiro passado, segundo dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia. Foram mais US$ 93 milhões comercializados para fora, o que representou um crescimento de 37% na comparação com janeiro de 2020. Na avaliação feita desde 2010, este foi o segundo melhor janeiro para o setor madeireiro, atrás apenas de 2018. As exportações de madeira ficaram atrás apenas de carnes (US$ 181 milhões) e soja (US$ 97,2 milhões), que foram responsáveis pelas maiores vendas do estado no exterior no mês.

Outro fator relevante é a crescente demanda pelo produto, principalmente nos Estados Unidos, para onde segue quase 50% de toda a madeira exportada pelo Paraná. O valor chegou a US$ 46 milhões em janeiro.

Agência Fiep

Indústria da vida: setor se mobiliza para amenizar efeitos da segunda onda da covid-19

A indústria brasileira reforçou a mobilização para ajudar pessoas e municípios a enfrentar a gravidade da segunda onda da pandemia de Covid-19 no país.

Os esforços vão desde compra e reparo de equipamentos hospitalares à doação de alimentos e programas de manutenção de renda e apoio às cadeias produtivas.

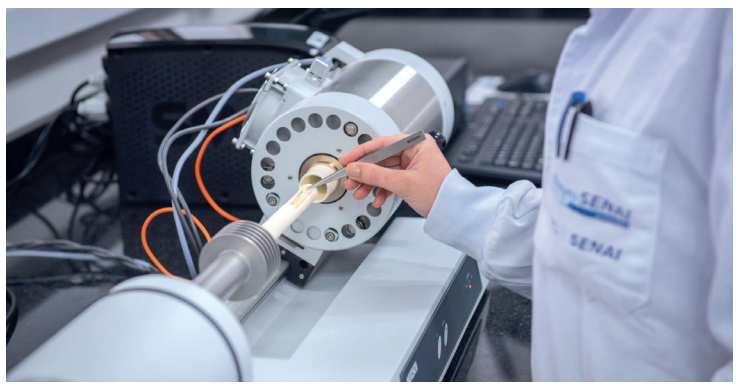
Desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020, empresas e instituições de representação da indústria têm sido alidas de estados e municípios na produção de insumos, itens de proteção individual e reparo de equipamentos hospitalares. Confira as ações mapeadas pela Agência CNI de Notícias.

A Federação de Indústrias de Mato Grosso (FIEMT) apoiou uma operação logística que envolveu a FAB e a Secretaria de Saúde do estado para fazer o transporte terrestre de 340 cilindros de oxigênio em Sinop, no norte de Mato Grosso. A federação também mobilizou sua base industrial para a doação de vasilhames.

A Coca-Cola Brasil faz parte da ação Juntos pelo Amazonas, que reuniu 15 grandes empresas e entidades do país para a doação de R$ 1,6 milhão, referente a uma usina de produção de oxigênio, que deverá dar suporte aos hospitais públicos da região.

O Movimento UniãoBR doou mais seis usinas de oxigênio para a região do Amazonas em março de 2021, depois de arrecadar R$ 2 milhões com 20 empresas, entre elas a Coca-Cola Brasil. No total, foram arrecadados R$ 5 milhões desde janeiro, recursos que foram usados para a aquisição de 11 usinas de oxigênio, 8 mini usinas, 80 mil EPIs (equipamentos de proteção individual) e 500 cilindros de oxigênio. Portal da Indústria

Senai, UTFPR, Renault e Clarios desenvolvem um sistema de controle de baterias para mobilidade elétrica



Um projeto para desenvolver um sistema de controle de baterias para mobilidade elétrica aplicado a veículos urbanos de pequeno porte uniu Senai, UTFPR, Renault e Clarios. O projeto de inovação denominado "Pack de Baterias de Íons-lítio com BMS" terá duração de 24 meses e será desenvolvido no Programa Rota 2030.

"O projeto, que foi recém iniciado, permitirá integrar um pack de baterias de íons-lítio a um sistema de controle, o BMS, com foco na mobilidade elétrica aplicado a veículos urbanos de pequeno porte. A pesquisa prevê o desenvolvimento de tecnologia 100% brasileira e com preço acessível", explica Marcos Berton, pesquisador chefe do Instituto Senai de Inovação em Eletroquímica.

Serão estudadas diversas configurações buscando a melhor solução sob o ponto de vista da eficiência energética, da segurança que a aplicação veicular requer e do gerenciamento da energia elétrica armazenada com a demanda de veículos elétricos compactos. "Buscamos desenvolver uma solução tecnológica para o mercado nacional que seja viável economicamente. É importante ressaltar que atualmente o pack de baterias corresponde de 30% a 40% do valor de um carro elétrico e a melhora da relação custo/benefício implicará de maneira direta e considerável no preço final do veículo", analisa Marcos.

"Além disso, a tecnologia de integração de pack de baterias poderá ampliar a cadeia produtiva de componentes para a integração, tais como o BMS, cabos e conexões, apenas para citar alguns componentes. Ter componentes nacionais ajuda a reduzir não apenas a dependência internacional, mas também as variações cambiais, além de outros fatores que podem afetar o preço final dos componentes. Neste sentido, o consumidor final se beneficiará não somente de uma tecnologia nacional mas com preços mais competitivos", completa.

Agência Fiep

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:09:20

Negócios

Antes mesmo de fechar negócio com BTG, Oi começa a separar sua operação de fibra óptica

A Oi fechou um acordo vinculante de venda de sua operação de fibra óptica, a InfraCo, para um fundo gerido pelo BTG Pactual, em um negócio que deve ser concluído no quarto trimestre de 2020 ou no primeiro trimestre de 2021.

Mas a nova unidade, que conta com 400 mil quilômetros de fibra óptica e atuará como uma rede neutra, vendendo seus serviços para diversas operadoras, será independente antes mesmo da conclusão do negócio.

Foi o que disse Rodrigo Abreu, CEO da Oi, em teleconferência, nesta terça-feira, 13 de abril, em que detalhou como será a operação com o BTG Pactual, que concordou em pagar R$ 12,93 bilhões por 57,9% da InfraCo – a Oi manterá participação minoritária na nova companhia.

"Ela já é uma operação independente do ponto de vista comercial e não há compartilhamento de informações entre a parte de atacado e a de varejo", disse Abreu. "Vamos acelerar essa separação até antes do fechamento."

Em março, a Oi anunciou o primeiro cliente da InfraCo. Trata-se da Vero, operadora de banda larga que tem como investidor a Vinci Partners. A companhia atua em quatro Estados brasileiros e usará a rede da Oi em Ubá e Sete Lagoas, em Minas Gerais.

Com a separação, a nova Oi, chamada de ClientCo, vai focar no atendimento a clientes e em fibra óptica residencial. A InfraCo, por sua vez, ficará com a rede de fibra óptica, da qual a operadora de telefonia será cliente.

A nova Oi também sairá dos negócios de telefonia celular, quando o negócio com TIM, Claro e Vivo, que comprou a Oi Móvel por R$ 16,5 bilhões, for concluído – provavelmente até o fim deste ano.

Neofeed

Na onda tech, banco Inter valoriza 550% em um ano. Ainda cabe mais?

As ações do Banco Inter viraram uma coqueluche entre investidores. Primeira fintech na bolsa brasileira, o banco colheu os frutos da escalada das empresas de tecnologia durante a pandemia. Em um ano, as units do Inter subiram cerca de 550%. Só neste ano, os papéis quase dobraram de valor.Só ontem, segunda-feira, valorizou 8%. A subida de ontem veio na esteira do anúncio do banco de que superou os 10 milhões de clientes, transacionou 675 milhões de reais no InterShop e os clientes da plataforma de investimento já são 15% do total. Alguns investidores acreditam que isso é suficiente pra que o banco mantenha sua trajetória de alta na bolsa e seja melhor opção que os grandes bancos.

Mas alguns analistas estão muito pessimistas com o Inter, por conta do modelo de negócios "sem tarifas". Os analistas do Goldman Sachs dizem que embora "as tendências operacionais pareçam saudáveis, a monetização continua sendo um problema com baixo poder de ganhos e provavelmente só melhorará modestamente". A recomendação dos analistas é de "venda" e acreditam que as ações preferenciais, que compõem as Units, devem cair mais de 85%, em 12 meses.

Veja

C6 Bank olha além da Faria Lima e reforça foco em PMEs

Primeiro foram as pessoas físicas. Na sequência, vieram os microempreendedores individuais. Agora, as contas das pequenas e médias empresas surgem como a próximo front de batalha dos bancos digitais do País.

Lançado oficialmente em agosto de 2019, com um foco inicial nos correntistas de maior poder aquisitivo dos bancos tradicionais, o C6 Bank superou, neste ano, a marca de 6 milhões de contas de pessoas físicas. E agora é mais um nome disposto a embolar essa disputa pelos CNPJs das PMEs.

"Esse é um dos nossos principais focos. E não por termos descoberto as PMEs agora. Isso estava nos planos desde o início", diz Marcos Massukado, sócio do C6, ao NeoFeed. E acrescenta: "Nós queremos o cliente que não é atendido pela Faria Lima."

O olhar além do famoso corredor financeiro do País vai se concentrar nas PMEs com faturamento anual de até R$ 24 milhões. Na área, que começou a ser trabalhada em 2020, primeiro com microempreendedores individuais, o banco tem 230 mil contas, das quais, 30 mil foram abertas em março.

Para atrair esse público, a iniciativa mais recente é a nova geração da C6 Pay, a maquininha do banco. Fruto de um trabalho de 18 meses da PayGo, empresa de pagamentos do C6, os terminais começaram a ser testados com uma pequena base em setembro de 2020 e chegam agora oficialmente ao mercado.

Uma das grandes apostas do terminal é a opção de o estabelecimento escolher o adquirente com as taxas mais atrativas no processamento dos pagamentos, incluindo nesse pacote os concorrentes do próprio C6.

Na prática, essa nova geração permite que o comerciante ou usuário em questão programe a aceitação de acordo com as melhores condições. Isso segundo variáveis como a bandeira envolvida, o adquirente e a modalidade do pagamento das transações – débito, crédito e parcelado.

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 14 de abril de 2021 21:09:54